



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO**

Secretaria do Tribunal Pleno

Resolução Administrativa nº 136/2022

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 136/2022 (REPUBLICAÇÃO)

(Resolução Administrativa nº 136/2022, anteriormente publicada nos DEJTs nºs 3490/2022 e 3558/2022, de 9-6-2022 e de 14-9-2022, Cadernos Administrativos do TRT da 11ª Região, fls.10/21 e fls. 1/10, respectivamente, com incorreção).

Altera e republica a Resolução Administrativa nº 043/2016 para adequação dos procedimentos relativos à alienação judicial às regras estabelecidas na Resolução nº 236/2016/CNJ, especialmente ao credenciamento, à indicação e à nomeação dos Leiloeiros Públicos Oficiais, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, e dá outras providências.

O Egrégio Pleno do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, em sessão administrativa hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Desembargadora Ormy da Conceição Dias Bentes, com a presença dos Excelentíssimos Desembargadores Solange Maria Santiago Morais, Vice-Presidente; Francisca Rita Alencar Albuquerque, Eleonora de Souza Saunier, Lairto José Veloso, Jorge Alvaro Marques Guedes, Ruth Barbosa Sampaio, Maria de Fátima Neves Lopes, José Dantas de Góes, Márcia Nunes da Silva Bessa, Corregedora-Regional; Joicilene Jerônimo Portela, e da Excelentíssima Procuradora-Chefe da PRT11 Alzira Melo Costa, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 236, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico, na forma preconizada pelo art. 882, § 1º, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015);

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos autos Pedido de Providências CSJT-PP-11351- 23.2015.5.90.0000 (Proad 23711/2021), dotado de efeito vinculante, e a necessidade de adequação do processo de alienação de bens apreendidos e penhorados, dando-lhe maior efetividade e eficiência;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo DP-7504/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os artigos da Resolução Administrativa nº 43/2016, que instituiu a Seção de Hastas Públicas no âmbito do TRT da 11ª Região, passando a vigorar com a seguinte redação: *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Art. 2º A Seção de Hastas Públicas tem jurisdição nos processos de execução do TRT11, tendo como objetivo centralizar e uniformizar os procedimentos relacionados à Hasta Pública e que contará com, no mínimo, quatro servidores do quadro para auxiliá-lo.

Art. 3º Compete ao Juiz Coordenador do NAE-CJ na Seção de Hastas Públicas:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

I – assinar os editais das hastas públicas unificadas, elaborados e publicados sob a responsabilidade da Seção de Hastas Públicas;

II – manter a ordem no decorrer da hasta pública e analisar, de imediato, os lances ofertados e decidir no leilão sobre o lance mínimo admitido para alienação de cada um dos bens levados à hasta;

III – fiscalizar a atividade do leiloeiro e assinar, inclusive digitalmente, os autos da arrematação;

IV – promover, mediante decisão fundamentada, a alienação antecipada de bens penhorados e removidos para o depósito, considerando seu custo econômico e o risco de depreciação, deterioração ou perda;

V – declarar abandonados os bens removidos para o depósito, quando:

a) não forem retirados pelo interessado dentro de 30 (trinta) dias, contados da entrega do auto de arrematação ou recebimento de intimação para sua retirada;

b) resultando negativos os 3 (três) leilões designados, não forem objeto de venda direta ou não forem retirados pelo executado, no prazo de 10 dias após intimação;

c) não forem retirados no prazo de 180 dias da sua disponibilização ao Juízo da Falência.

VI – decidir a respeito da punição a ser aplicada às pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em hastas públicas, fixando penalidades, bem como o prazo de seu impedimento de participar de leilões futuros do TRT11;

VII - suspender a inclusão de processos em hasta pública, devolvendo os respectivos mandados ou processos à Vara de origem, quando versarem sobre penhora de veículo feita pelo sistema *online* de restrição judicial de veículos – RENAJUD e o bem não seja localizado ou apreendido, e removido ao depósito.

Art. 4º Compete à Seção de Hastas Públicas - SHP:

I - apreciar e decidir, preferencialmente, os incidentes processuais diretamente relacionados à expropriação de bens, desde a publicação do respectivo edital de leilão até a entrega do bem ao arrematante, inclusive os efeitos da arrematação no caso de hipoteca e alienação fiduciária e os cancelamentos de arrematação;

II – elaborar, em dezembro de cada ano, o calendário do ano seguinte para a realização das hastas públicas unificadas em toda a Região, indicando as localidades abrangidas dando ciência à Presidência do TRT11 para publicação;

III – coordenar e supervisionar os serviços administrativos necessários à realização das hastas públicas unificadas, inclusive a elaboração e conferência dos editais e respectivas publicações no Diário Oficial Eletrônico do CSJT;

IV - realizar, mensalmente, segundo calendário previamente publicado, todas as hastas públicas unificadas;

V – praticar os atos processuais definidos em lei ou nesta Resolução e essenciais à realização da hasta pública unificada nos processos desde o momento em que os mandados para venda de bens em leilão são remetidos ao SHP pelas respectivas Varas do Trabalho;

VI – solicitar os processos de execução às Varas do Trabalho, por e-mail ou contato telefônico devidamente certificado nos autos pela Unidade Judiciária, sempre que houver determinação dos Juízes do NAE-CJ.

VII – proceder à inclusão dos processos em 3 (três) leilões consecutivos, realizando as notificações e intimações necessárias conferindo a regularidade formal dos atos atinentes à penhora.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

VIII - entregar aos arrematantes, em caso de hasta pública positiva e no próprio dia de sua realização, auto de leilão positivo, salvo quando resultante de lançamento eletrônico;

IX - juntar aos processos cópia do auto de hasta pública negativo, quando da não ocorrência da arrematação ou adjudicação;

X - certificar o decurso de prazo para oposição de embargos à arrematação ou adjudicação;

XI - incluir, automaticamente, os bens penhorados no leilão unificado subsequente, em caso de hasta pública unificada negativa;

XII - devolver os mandados às Varas de origem, acompanhados da respectiva certidão, quando houver ocorrido a realização de 3 (três) hastas públicas com resultado negativo;

XIII - aguardar o comparecimento do arrematante para recebimento do auto de arrematação pelo prazo de 15 (quinze) dias a fluir do transcurso do prazo do inciso XI deste artigo, cujo decurso deverá ser certificado nos autos, devolvendo o processo para a Vara de origem, devendo o disposto neste inciso constar no auto de leilão positivo.

Parágrafo único. Quando de sua inércia em transferir a titularidade do bem no cartório ou órgão competente por prazo superior a 60 (sessenta dias), sobrevier nova penhora sobre o bem, deverá o arrematante promover os embargos de terceiro no Juízo próprio para desconstituição da penhora, não competindo ao NAE-CJ sua análise ou expedição de ofícios solicitando liberação da nova penhora a outros órgãos judiciais.

CAPÍTULO I – DA HASTA PÚBLICA UNIFICADA

Art. 5º Avaliados os bens penhorados, seguir-se-á a hasta pública unificada, mediante inclusão dos processos em 3 (três) leilões consecutivos, por todas as Varas do Trabalho.

§ 1º A hasta pública unificada será objeto de edital afixado na sede do Juízo e publicado, integralmente, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho, sob a responsabilidade do NAE-CJ;

§ 2º Do edital constarão, obrigatoriamente, sem prejuízo do disposto na legislação processual, os seguintes elementos:

I - a identificação do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – TRT11, o número do processo, os nomes das partes e respectivos bens;

II - a descrição pormenorizada dos bens penhorados, seu valor, data da avaliação e última atualização e, tratando-se de bem imóvel, a situação jurídica, divisas, número da matrícula e registros;

III - o dia, hora e local de realização da hasta pública;

IV - a informação sobre terem sido removidos para o depósito, quando for o caso, em se tratando de bens móveis ou semoventes;

V - a indicação da existência de ônus reais ou ações que recaiam sobre os bens, e, se houve determinação judicial de alienação antecipada;

VI - sumário do último balanço social quando a penhora incidir sobre quotas ou ações de sociedade simples ou empresária;

VII - a informação quanto à incidência de comissões para o leiloeiro, nos termos definidos nesta Resolução;

VIII - a indicação do lance mínimo, com observação da possibilidade de sua alteração pelo Juiz que presidir o leilão, o que será noticiado durante o pregão;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

IX – a informação de que o arrematante arcará com as despesas para averbação das benfeitorias não registradas e todas as demais especificadas no edital de leilão;

X - a informação do prazo durante o qual o auto de arrematação ou carta de arrematação estará disponível para entrega ao arrematante na Seção de Hastas Públicas, após o que o processo será devolvido para a Vara do Trabalho.

§ 3º Os bens serão reavaliados quando a última avaliação tiver ocorrido há mais de 36 (trinta e seis) meses da determinação da venda judicial, ressalvadas situações excepcionais que justifiquem reavaliação em período inferior, a critério do Juiz competente.

Art. 6º As partes serão intimadas da hasta pública unificada por intermédio de seus advogados e, somente não havendo advogado constituído nos autos a intimação será procedida por via postal, edital, carta precatória ou outro meio, inclusive eletrônico, desde que atinja sua finalidade.

Art. 7º Sendo a hasta pública de bem imóvel ou de direito real sobre imóvel, deverão ser intimados com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização do leilão, além do cônjuge, caso não tenha sido cientificado da penhora, o credor com garantia real, o credor fiduciário, assim como o coproprietário de imóvel indivisível, o senhorio direto, o superficiário, o usufrutuário, o usuário, o promitente vendedor e o promitente comprador que não sejam partes na execução, o arrendatário e o locatário.

Parágrafo único. Havendo penhora trabalhista com direito preferencial sobre o mesmo bem, será comunicada ao Juízo do processo respectivo a data do leilão, para que dê ciência ao credor trabalhista.

Art. 8º Não serão levadas à hasta pública quotas ou ações de sócios em sociedades simples ou empresárias, sem que, por ocasião da penhora, tenha sido intimada a sociedade para dar ciência aos sócios, preservando-se, assim, seu direito de preferência para aquisição das quotas ou ações e os últimos balanços sejam trazidos aos autos, devendo constar no edital de leilão o sumário dessas informações.

Art. 9º As Varas do Trabalho deverão, antes de determinar a inclusão de bens imóveis na hasta pública, realizar o saneamento das irregularidades atinentes à penhora, procedendo às seguintes análises e providências:

I – verificar se o auto ou termo de penhora traz indicação do dia, mês, ano e lugar do cumprimento, os nomes do credor e do devedor;

II – observar se o auto ou termo de penhora contém identificação da titularidade do imóvel, dos ônus reais, penhoras averbadas, do senhorio direto, cônjuge(s), credor com garantia real, coproprietário, locatário, arrendatário, usufrutuário, usuário, superficiário, promitente comprador ou vendedor, com base em matrícula expedida nos últimos 12 (doze) meses;

III – conferir se o executado foi cientificado da penhora no momento da sua realização ou se, não localizado por ocasião da penhora foi regularmente cientificado por advogado constituído nos autos;

IV – se os terceiros interessados identificados no inciso II deste artigo tiveram ciência da penhora;

V – se houve notificação da União, Estados e Municípios, no caso de bem imóvel tombado;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

VI - comprovar a desafetação do bem que esteja à disposição de juízo falimentar, cujo registro da penhora da Justiça do Trabalho seja anterior à data da quebra;

VII – verificar se houve nomeação de fiel depositário do bem, observando-se quando aos bens imóveis a concessão desse *múnus* ao executado ou aos sócios da pessoa jurídica, mediante simples intimação ao advogado, salvo quando o exequente manifeste interesse em assumir o *múnus*;

VIII - se houve averbação de penhora incidente sobre bem imóvel, conferindo o número da matrícula e da inscrição imobiliária constantes no registro de averbação que deve coincidir com o indicado no auto ou termo de penhora;

IX - quando a penhora for realizada por termo nos autos, em razão de dados constantes em certidão atualizada do registro de imóveis, observar que o termo deverá ser complementado por auto de vistoria e avaliação do bem, expedindo-se mandado para que o oficial de justiça proceda à constatação do imóvel *in loco*, devendo ser observadas as características e benfeitorias não averbadas que possam interferir na aferição do valor de mercado do bem;

X - Quando o imóvel estiver situado em condomínio edilício, notificar o condomínio, na pessoa do síndico ou administrador, por carta registrada, para que informe acerca da existência de eventuais dívidas de natureza condominial referentes à unidade penhorada, apresentando planilha com o débito atualizado e balancetes ratificados em assembleia geral de condôminos, no prazo de 10 (dez) dias, especificando que a ausência de resposta ensejará desconsideração da dívida, com a transferência do bem livre e desembaraçado de quaisquer ônus ao eventual arrematante, imputando-se ao síndico a responsabilidade por prejuízos que venham a ser causados por sua inércia;

XI - certificar o decurso do prazo para oposição de embargos à execução ou à penhora, bem como o trânsito em julgado de eventuais embargos de terceiro;

XII - atualizar o cadastro do bem, registrando as informações apresentadas pelo condomínio ou o decurso do prazo sem manifestação, assim como a existência de construção não averbada, sua descrição e avaliação, cuja obrigatoriedade de averbação é do adquirente.

Parágrafo único. O oficial de justiça deverá fotografar o bem penhorado, tanto interna quanto externamente, juntando as fotos aos autos com o respectivo auto de penhora.

Art. 10. Compete, ainda, às Varas do Trabalho:

I - arrolar os bens que serão levados à alienação, após consulta à planilha de bens já arrematados em leilão;

II - informar nome e endereço de terceiros que devem ser obrigatoriamente intimados;

III - manter atualizado o cadastro, no sistema informatizado, dos nomes e endereços das partes;

IV - informar à Seção de Hastas Públicas todas as adjudicações de veículos de via terrestre, bens imóveis, navios e aeronaves;

V - expedir certidão circunstanciada contendo os seguintes dados: Ids do auto de penhora e do auto de depósito; da cópia do auto de entrada em caso de bem removido; da cópia do despacho de encaminhamento do bem à hasta; CRI completa, com o registro da penhora, caso a penhora incida sobre bem imóvel; cópia de ofício ou de impressos que contenham informações sobre débitos fiscais e condominiais, caso a penhora incida sobre bens imóveis; extrato do DETRAN caso a penhora incida sobre veículo; cópia da consulta ao RENAJUD com dados sobre débitos de IPVA e alienação fiduciária caso a penhora incida sobre veículo; **(redação alterada em virtude de erro material)**

VI - praticar todos os demais atos que se fizerem necessários.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

Art. 11. Todos os incidentes anteriores ao envio do processo para o SHP após a entrega do bem ao arrematante, serão apreciados e decididos pelo juízo de origem do processo.

Art. 12. Reputam-se válidas as notificações e intimações dirigidas ao endereço informado nos autos, cumprindo às partes atualizar os seus respectivos endereços, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

Art. 13. As regras gerais dispostas neste capítulo deverão ser observadas, no que couber, pelas Varas do Trabalho e pela Seção de Hastas Públicas.

CAPÍTULO II – DO PROCEDIMENTO DA HASTA PÚBLICA UNIFICADA

Art. 14. As hastas públicas serão realizadas, preferencialmente, na modalidade eletrônica (online). *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região).*

§ 1º Na modalidade eletrônica será realizada com captação de lances através do sítio eletrônico do (a) leiloeiro (a) oficial credenciado (a), divulgado em edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT). *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 2º Para participar do leilão eletrônico, o (a) interessado, pessoa física ou jurídica, deverá se cadastrar no sítio informado pelo (a) leiloeiro (a) oficial incumbido (a) de realizar a alienação judicial do bem, com a antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas ao leilão, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado, preenchendo os dados solicitados, pelo que responde civil e criminalmente, com a observância das condições contidas no edital respectivo. *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região).*

§ 3º Desde a publicação do edital até a abertura do leilão presencial, o leilão eletrônico (*online*) estará aberto para lances, por meio do portal designado para esse fim.

§ 4º No interregno entre a data de um leilão presencial e outro, realizado na mesma localidade, o leilão eletrônico permanecerá aberto para os bens não alienados, cabendo aos Juízes do Núcleo de Apoio à Execução deferir o lance no próximo leilão presencial.

§ 5º Os lotes alienados em relação aos quais não houve depósito do valor integral do lance, retornarão imediatamente ao leilão eletrônico e presencial por simples despacho de Juiz do Núcleo de Apoio à Execução, com ciência aos advogados das partes.

§ 6º O bem objeto de penhora em vários processos sujeitar-se-á a uma única venda judicial em hasta pública, observada a precedência cronológica, devendo as Varas do Trabalho e a Seção de Hastas Públicas garantir o privilégio gerado pela anterioridade da penhora, assim definida pela data da sua averbação e, não havendo averbação, no caso de bem imóvel, pela data de lavratura do auto ou termo de penhora.

§ 7º O TRT11 e o leiloeiro oficial não serão responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de problemas técnicos, operacionais ou falhas de conexão que venham a ocorrer durante o processo de licitação por meio eletrônico.

§ 8º O disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º deste artigo deverá constar, obrigatoriamente, do edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

§ 9º A realização do leilão judicial será sempre determinada em conformidade com o calendário fixado pelo (a) Juiz(a) Coordenador(a) da Seção de Hastas Públicas e divulgado no sítio do Tribunal. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).*

§ 10. O leilão judicial será filmado e transmitido ao vivo no sítio eletrônico do(a) leiloeiro(a) oficial designado. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).*

§ 11. O (a) Juiz (a) Coordenador (a) da Seção de Hastas Públicas acompanhará a realização do leilão judicial, ainda que de forma telepresencial. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).*

§ 12. O (a) licitante deverá encaminhar os seguintes documentos ao (à) leiloeiro (a): *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).*

I - cópia autenticada ou documento digital de identidade com foto e CPF; *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).*

II- cópia autenticada ou comprovante de residência digital; *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).*

III - o arrematante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que não possui nenhum grau de parentesco com o(a) leiloeiro(a), nem tampouco com os(as) magistrados(as) das unidades às quais estejam vinculados os processos do Leilão Judicial Unificado em que tem interesse de ofertar lances, bem como de ter cumprido todas as obrigações decorrentes de leilões judiciais anteriores *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).*

Art. 15. Os bens serão anunciados, um a um, indicando-se os valores da avaliação, as condições e o estado em que se encontram, exibindo-se a fotografia, quando retirada pelo Oficial de Justiça ou leiloeiro, conforme descrição constante do lote anunciado no respectivo edital.

§ 1º O lance mínimo corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação de bens imóveis e a 30% (trinta por cento) do quanto avaliados os bens móveis e semoventes, podendo, o Juiz que presidir a hasta pública, reduzi-lo ou aumentá-lo, no momento da realização do ato, devendo o conteúdo desse dispositivo constar no edital.

§ 2º A critério do Juiz que presidir a hasta pública, os lotes poderão ser desmembrados quando retirados da hasta, por qualquer motivo, em um ou mais bens que os compõem, ou quando vislumbrado que essa medida possibilitará maior concorrência, obtenção do valor de mercado ou a própria alienação.

§ 3º Os lançadores deverão efetuar seu cadastro, antecipadamente, em sítio indicado no edital de hasta pública unificada ou, pessoalmente, no local e dia designados para a hasta pública unificada, caso em que deverão comparecer com 1h (uma hora) de antecedência, apresentando documento de identificação e comprovante de endereço. O cadastro será válido para as hastas públicas subsequentes, cabendo aos lançadores, tão somente, a atualização de dados, se for o caso.

§ 4º Os lançadores poderão ser representados por procuradores munidos de poderes específicos outorgados em instrumento público de mandato e, no caso de pessoa jurídica, também mediante entrega de cópia do contrato social e eventuais alterações, documentos que serão juntados aos autos.

§ 5º Estão impedidas de participar da hasta pública as pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em hastas anteriores, inclusive o não pagamento integral do valor do lance; magistrados, servidores e prestadores de serviços do TRT11, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou dependentes; as que não efetuaram o cadastro referido no § 3º deste artigo, além daquelas definidas na lei.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

§ 6º O credor poderá adjudicar os bens onerados perante o Juízo de origem antes da realização da hasta pública, pelo valor de avaliação; após a abertura do leilão deverá, para adjudicar, participar na condição de arrematante, apresentando o primeiro lance, tendo direito de preferência pelas mesmas condições do maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, no importe de 5% (cinco por cento) do valor do lance.

§ 7º Os bens que não forem objeto de arrematação poderão, a critério do Juiz do Núcleo de Apoio à Execução presente ao ato, ser novamente apreendidos na mesma data, ao final da hasta, desde que esta não tenha sido formalmente encerrada, permanecendo no leilão eletrônico até o próximo leilão presencial.

§ 8º Ficam sub-rogados no preço da aquisição em hasta pública os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis e os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou às contribuições de melhoria, conforme parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional.

§ 9º O adquirente é responsável pelos tributos cujo fato gerador seja a transmissão do domínio, bem como pelas despesas com averbação de benfeitorias, com desmembramento do bem, taxas condominiais e demais despesas identificadas no edital, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, resguardando-se a possibilidade de ação regressiva a ser aforada contra o devedor principal perante o órgão competente.

§ 10. Não serão de responsabilidade do adquirente, arrematante ou adjudicante, quaisquer ônus relativos aos direitos reais de garantia sobre bem imóvel, desde que tenha havido regular intimação dos credores com garantia real.

§ 11. O arrematante de veículo e bens imóveis deverá providenciar no prazo de sessenta dias a transferência de titularidade do bem, não cabendo ao Juízo do Núcleo de Apoio à Execução a desconstituição de penhora posterior efetivada em razão da sua inércia.

§ 12. Constando do edital que os bens estão removidos e, portanto, disponíveis para a visitação pelos potenciais interessados, a fim de que possam examiná-los e vistoriá-los no depósito, considerando que são objeto de alienação no exato estado de conservação em que efetivamente se encontram, não será desfeita a arrematação ou adjudicação por arguição de vícios ou defeitos, ainda que as reais condições somente sejam verificadas tardiamente por quem de direito.

Art. 16. O arrematante deverá, obrigatoriamente, portar dinheiro em espécie ou cheque, quando do início da hasta pública unificada e antes de ofertar qualquer lance, não lhe sendo possível se ausentar do local da hasta pública unificada, após a oferta do lance, para a retirada de numerário, talão de cheque ou realização de transação financeira, sob pena de sua conduta ser reputada como tentativa de fraude à arrematação judicial, tipificada no artigo 357 do Código Penal, cabendo, nesta hipótese, ao Juiz que estiver presidindo o ato, adotar as medidas de segurança que entenda cabíveis.

§ 1º O cheque utilizado poderá ser de titularidade de terceiros.

§ 2º No caso de arrematação de vários lotes pelo mesmo arrematante e pretendendo este realizar o pagamento através de cheque, deverá utilizar uma folha para cada lote arrematado.

Art. 17. As hastas públicas unificadas serão encerradas às 17h (dezesete horas), ou a critério do Juízo do Núcleo de Apoio à Execução, enquanto durar a última disputa iniciada antes desse horário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

Art. 18. Os bens serão, inicialmente, apreçados pelo lance mínimo para pagamento à vista, sendo vedado o parcelamento.

Art. 19. O arrematante pagará, no ato da arrematação, a título de sinal e como garantia, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor total do lance, além da comissão do leiloeiro, no importe de 5% (cinco por cento) do valor do lance, com acréscimo de 1% (um por cento) se tiver havido remoção do bem para o depósito.

§ 1º O sinal será depositado, por guia, na conta do Juízo da Execução, e a comissão devida ao leiloeiro lhe será paga diretamente, mediante recibo emitido em 3 (três) vias, das quais uma será anexada aos autos do processo de execução.

§ 2º O valor restante do lance deverá ser pago, mediante guia emitida por ocasião da hasta, até 24h (vinte e quatro horas) após sua realização, diretamente na agência bancária autorizada.

§ 3º Aquele que desistir da arrematação, não efetuar o depósito do saldo remanescente, sustar os cheques ou emitir cheques sem fundos perderá o sinal dado em garantia da execução e a comissão paga ao leiloeiro, sendo automaticamente excluído do cadastro de arrematantes pelo prazo de 3 (três) anos, além de poder ser responsabilizado penalmente, conforme o disciplinado no artigo 358 do Código Penal.

§ 4º Perderá o leiloeiro o acréscimo da comissão em 1% (um por cento) quando houver remoção do bem se até a data do leilão não confirmar a efetivação da remoção, expedindo a guia para recolhimento dessa comissão no dia do leilão.

§ 5º A transação entre as partes, após a publicação do edital de hasta pública, sobrestará o correspondente leilão, salvo se não houver comprovação do pagamento das custas processuais e da comissão do leiloeiro, devida desde a referida publicação do edital.

Art. 20. Sendo arrematante o credor e caso o valor do lance seja superior ao do crédito, a ele caberá depositar a diferença, em 3 (três) dias contados da realização da hasta, sob pena de se tornar sem efeito a arrematação.

§ 1º Ao credor, na condição de arrematante, como pressuposto para o recebimento do auto de arrematação, caberá pagar a comissão do leiloeiro, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lance, acrescido de 1% (um por cento) se houve remoção e armazenamento do bem no depósito, somente se o valor da arrematação for inferior ao seu crédito.

§ 2º Se o valor da arrematação for superior ao crédito do credor arrematante, a comissão do leiloeiro fixada nos termos do parágrafo anterior será subtraída do saldo favorável ao executado.

§ 3º Na hipótese do parágrafo 1º deste artigo o credor arrematante somente terá a posse do bem após o pagamento da comissão do leiloeiro, inclusive o percentual devido pela remoção do bem no depósito, cabendo o controle ao leiloeiro, que informará ao Juízo do Núcleo de Apoio à Execução quando houver recusa de pagamento e antes da entrega do bem.

Art. 21. Os autos de hasta pública unificada negativa serão emitidos ao final e subscritos apenas pelo leiloeiro oficial que realizou o ato; os autos de hasta pública positiva, emitidos no ato, serão assinados pelo leiloeiro ou servidor do TRT11 e pelo arrematante, cabendo a este uma via; já os autos de arrematação e adjudicação serão assinados pelo Juiz que presidir o evento, após o arrematante e o leiloeiro e entregues ao arrematante ou adjudicante, depois de decorrido o prazo para a interposição de embargos à arrematação e adjudicação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

Parágrafo único. Deverá constar no auto de leilão positivo a advertência ao arrematante de que o auto de arrematação somente estará disponível na Seção de Hastas Públicas após o transcurso do prazo de 8 (oito) dias e durante o interstício de 15 (quinze) dias, após o que os autos serão devolvidos à Vara do Trabalho de origem, a quem competirá fazer a entrega do referido auto.

Art. 22. Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados.

Art. 23. De posse da Carta de Arrematação, o interessado deverá entrar em contato com o depositário do bem móvel e marcar dia e hora para sua retirada. Tratando-se de bem imóvel ou de veículo, o interessado deverá dirigir-se diretamente ao Cartório de Registro de Imóveis ou ao DETRAN, respectivamente, para proceder à transferência de propriedade no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 24. Em se tratando de bem móvel e havendo moradores no local, o arrematante deverá formular requerimento ao Juízo da execução para emissão do mandado de intimação para desocupação do imóvel.

CAPÍTULO III - DO CREDENCIAMENTO DO LEILOEIRO

Art. 25. Os leiloeiros interessados em promover a hasta pública unificada do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região deverão providenciar seu credenciamento, por intermédio de requerimento dirigido à Presidência do Tribunal, conforme modelo anexo à presente Resolução, quando da instauração por esse órgão de procedimento de credenciamento de interessados, para posterior encaminhamento do credenciamento à Seção de Hastas Públicas para verificação do preenchimento dos requisitos constantes na presente Resolução. *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§1º O processo de credenciamento de leiloeiros oficiais será realizado anualmente, pelo prazo de 30 dias corridos, iniciando-se todo dia 01 (primeiro) do mês de Outubro de cada ano e encerrando-se no dia 01 (primeiro) do mês de Novembro de cada ano, não havendo distinção de credenciados (as) entre titulares ou reserva. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§2º Cabe ao (à) Juiz(a) Coordenadora(a) da Seção de Hastas Públicas a responsabilidade pela organização, formação e manutenção do credenciamento, bem como pela avaliação dos(as) credenciados(as), inscrição ou desclassificação dos(as) candidatos(as). *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 3º É vedado ao(à) Juiz(a) Coordenador(a) da Seção de Hastas Públicas o credenciamento de leiloeiro(a) com o qual possua qualquer grau de parentesco, até o terceiro grau, inclusive. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 4º O(a) Juiz(a) Coordenador(a) da Seção de Hastas Públicas, em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo da documentação, procederá à análise da qualificação técnica do(a) interessado(a), encaminhando Parecer à Presidência do Tribunal. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 5º O prazo constante do parágrafo 4º permanecerá suspenso durante o período concedido pelo(a) Juiz(a) Coordenador(a) dos Leilões Judiciais para a complementação da documentação. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

§6º Os(as) interessados(as) devem apresentar a documentação exigida nesta norma, sob pena de indeferimento. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região).*

Art.26. Para credenciamento, o (a) interessado (a) deve entregar à Seção de Hastas Públicas o requerimento de inscrição, conforme modelo do Anexo 1, e os documentos elencados abaixo: *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

I - exercício efetivo da atividade de leiloeiro oficial por mais de 5 (cinco) anos, mediante declaração, com firma reconhecida, expedida por entidades públicas ou privadas;

II - apresentação de currículo da sua atuação como leiloeiro;

III - certidão de registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, que comprove a atividade de leiloeiro (a) por mais de 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 30(trinta) dias e certidão de registro na Junta Comercial do Estado de Roraima, que comprove a atividade de leiloeiro (a) por mais de 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias; *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

IV - comprovação de inscrição na Previdência Social e Receita Federal, acompanhada de certidão negativa de débitos e/ou pendências, como contribuinte e empregador;

V - apresentação de cópias reprográficas autenticadas de documento oficial de identificação e de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;

VI- declaração, sob as penas da lei, de não ser cônjuge ou companheiro (a), parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de magistrados (as) ou ocupantes de cargos de direção e assessoramento no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região; *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

VII - comprovação de que dispõe de propriedade, ou contrato de locação de imóvel nos Estados do Amazonas e de Roraima, destinados à guarda e à conservação dos bens removidos, com vigência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, com informações sobre a área e endereço atualizado (logradouro, número, bairro, município e código de endereçamento postal), no qual deverá ser mantido atendimento ao público, comprometendo-se a disponibilizar área suficiente para atender ao movimento judiciário das Varas do Trabalho da 11ª Região; *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

VIII - declaração de que possui sistema informatizado para controle dos bens removidos, com fotos e especificações, para disponibilização de consulta *online* pelo TRT11;

IX - declaração, sob as penas da lei, de que possui infraestrutura para a realização de leilões judiciais eletrônicos, bem como de que adota medidas reconhecidas pelas melhores práticas do mercado de tecnologia da informação para garantir a privacidade, a confidencialidade, a disponibilidade e segurança das informações de seus sistemas informatizados, submetida à homologação pelo Tribunal; *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

X - declaração de que possui condições para ampla divulgação da alienação judicial, com a utilização de todos os meios possíveis de comunicação, tais como publicações em jornais de grande circulação, rede mundial de computadores, mala direta, entre outros;

XI – entrega anual de comprovante de residência atualizado e de certidões negativas emitidas pelos Cartórios de Distribuição Trabalhistas, Cíveis e Criminais do domicílio do leiloeiro;

XII - prova anual de regularidade quanto a dívidas relativas à Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

XIII - prova anual de regularidade dos depósitos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

XIV - prova anual de regularidade quanto à Dívida Ativa da União;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

XV - declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

XVI – apresentação anual de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

XVII - Não serão aceitos protocolos de certidões e/ou documentos, sendo toda a documentação de inteira responsabilidade do interessado; *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

XVIII - Em caso de apresentação incompleta de documentos, o (a) Juiz (a) Coordenador (a) da Seção de Hastas Públicas concederá prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis para regularização, sob pena de rejeição do credenciamento; *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

XIX - Documentação excedente não será objeto de apreciação e ficará disponível para retirada pelo(a) leiloeiro(a), após a homologação do credenciamento, pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, ao final do qual, a documentação será destruída. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Art. 27. Incumbe ao leiloeiro:

I - providenciar ampla divulgação da hasta e comunicar ao NAE-CJ, por escrito, até 7 (sete) dias antes do ato, todos os procedimentos e meios utilizados, devendo sempre, quanto aos veículos e bens imóveis, publicar o edital de leilão pela imprensa ou rede mundial de computadores em seções ou sítios reservados à publicidade de negócios;

II - remover, armazenar e zelar pelos bens sob sua guarda, caso em que assumirá, mediante compromisso, a condição e os deveres de depositário judicial;

III - comunicar à Seção de Hastas Públicas, para as providências cabíveis, a existência de bem objeto de mais de uma penhora, quando este bem estiver sob sua guarda;

IV - responder, no prazo que lhe for assinalado, a todas as indagações formuladas pelos Juízos das Varas de origem e do Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária, e na impossibilidade, justificá-la;

V - comparecer ao local da hasta pública que estiver sob sua responsabilidade com antecedência mínima de uma hora;

VI - observar a ordem cronológica dos editais;

VII - permitir a visita pública dos bens removidos ao depósito, no horário das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira;

VIII - exibir, no ato da hasta pública, as fotos digitais dos bens removidos e, na hipótese dos bens não removidos, sempre que disponibilizadas pelos oficiais de justiça;

IX - promover a filmagem da hasta pública unificada e proceder à entrega da mídia correspondente, no prazo máximo de 7 (sete) dias após a realização do evento, à Seção de Hastas Públicas, com capa individualizada;

X - comunicar, imediatamente, o furto, roubo, extravio, dano, avaria ou deterioração de bem removido, ao NAE-CJ, mesmo após a realização da hasta pública, respondendo pelos prejuízos decorrentes, com perda da remuneração que lhe for devida;

XI – comparecer, pessoalmente, a todas as reuniões e eventos designados pelo Núcleo de Apoio à Execução, quando convocado;

XII - manter os dados cadastrais atualizados;

XIII - atuar com lisura e atentar para o bom e fiel cumprimento de seu mister;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

XIV – disponibilizar, para a realização da hasta pública pela modalidade de leilão eletrônico, na rede mundial de computadores, endereço eletrônico que possibilitará o acesso e a comunicação necessários à realização do leilão;

XV – responsabilizar-se pela criação e manutenção, na internet, do endereço eletrônico de que trata o inciso anterior nas hipóteses em que for designado para a realização da hasta pública por meio eletrônico ou misto;

XVI – contratar o provedor que hospedará o endereço eletrônico a ser utilizado nos leilões, bem como arcar com as despesas decorrentes desse serviço e das necessárias à divulgação da hasta pública em meio eletrônico.

§ 1º O não cumprimento de qualquer das obrigações contidas neste artigo implicará no descredenciamento sumário do leiloeiro.

§ 2º Quando na condição de depositário fiel de bem imóvel, o leiloeiro poderá solicitar ao Juízo da Coordenação do NAE-CJ a expedição de mandado de imissão de posse, ficando igualmente responsável pelos bens móveis que se encontrem no interior do imóvel.

Art. 28. O leiloeiro deverá comunicar à Coordenação do NAE-CJ, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a impossibilidade de comparecer à hasta pública unificada.

§ 1º Não sendo possível ao leiloeiro comunicar sua ausência em tempo hábil, o pregão será realizado por servidor designado pela Coordenação do NAE-CJ, hipótese em que a comissão do leiloeiro ficará limitada às despesas com divulgação, comprovadas por documentos à Seção de Hastas Públicas, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias após a realização da hasta pública unificada, sob pena de perda do valor investido;

§ 2º A ausência do leiloeiro oficial deverá ser justificada, documentalmente, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias após a realização da hasta pública, sob pena de descredenciamento, cabendo ao Juízo do NAE-CJ, por decisão fundamentada, aceitar ou não a justificativa apresentada pelo leiloeiro ausente.

Art. 29. Constituirá remuneração do leiloeiro:

I - comissão de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, a cargo do arrematante;

II – acréscimo de 1% (um por cento) no valor das comissões antecedentes quando houver remoção, guarda e conservação dos bens.

§ 1º As despesas ordinárias referentes à remoção e conservação dos bens, às publicações em jornais, internet, inserções em rádio, televisão e *outdoor* já se encontram remuneradas pelas comissões acima estipuladas.

§ 2º Em situações excepcionais e justificadas pelas características do bem ou patrimônio penhorado ou pela especificidade do processo, poderão os Juízes do Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária estabelecer remuneração diferenciada para o leiloeiro designado como depositário do bem, sobretudo quando gerar despesas extraordinárias para publicidade dos leilões, remoção, guarda e conservação dos bens.

§ 3º O executado suportará o total das despesas adiantadas pelo exequente e previstas no inciso II deste artigo, inclusive se depois da remoção sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento ou adjudicação.

§ 4º Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas referidas no inciso II deste artigo poderão ser deduzidas do produto da arrematação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

§ 5º Não é devida a comissão ao leiloeiro na hipótese de ser anulada a arrematação sem culpa do arrematante ou se for negativo o resultado da hasta pública. Se anulada a arrematação, o leiloeiro devolverá ao arrematante o valor nominal recebido a título de comissão, após o recebimento da comunicação à Seção de Hastas Públicas, no prazo de 8 (oito) dias.

Art. 30. O leiloeiro tem direito a reembolso das despesas com guarda e armazenamento dos bens, devida pelo executado, conforme previsto no artigo 789-A da CLT e correspondente a 0,1% (um décimo) do valor de arrematação, devendo exercer o direito de retenção e, somente proceder à entrega dos bens ao executado após o prévio pagamento dessas despesas, sob pena de perda do direito ao reembolso das mesmas.

Parágrafo único. Para os fins previstos no *caput* deste artigo, os mandados de entrega expedidos pela Seção de Hastas Públicas e pelas Varas do Trabalho deverão constar expressamente essa advertência, não estando obrigado o leiloeiro a devolver os bens sem prévio pagamento das despesas pelo executado.

Art. 31. Estão impedidos de se cadastrar como leiloeiro, na forma desta Resolução, funcionários do tribunal ou membros de sua administração.

Art. 32. Deverá ser observado pela Seção de Hastas Públicas ou pelas Varas do Trabalho que, qualquer valor que remanesça da venda do bem após ter sido quitada a execução e pagas as despesas com a hasta pública unificada, será direcionado a solver outros processos que tramitem nesta Justiça contra o mesmo executado, ou ao adimplemento de tributos devidos por este, depois do que poder-lhe-á ser restituído eventual saldo credor.

CAPÍTULO IV - DA DURAÇÃO DO CREDENCIAMENTO E DOS CASOS DE SUSPENSÃO E CANCELAMENTO

Art. 33. O credenciamento terá duração de 03 (três) anos e será suspenso quando não cumpridas as disposições contidas nesta norma e na legislação que regula a atividade de leiloeiro ou cancelado quando não houver mais interesse da administração, por razões de utilidade, conveniência ou oportunidade.

§ 1º O credenciamento poderá ser cancelado, igualmente, quando o leiloeiro:

I - manifestar que não mais possui interesse de continuar credenciado;

II - apresentar desempenho que não satisfaça a contento os interesses do Tribunal;

III - recusar, sem justificativa, as nomeações;

IV - praticar atos comissivos ou omissivos que lesem as partes, sem o devido ressarcimento, na remoção, na guarda, na conservação, no leilão dos bens e nas demais atividades correlacionadas;

§ 2º O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser renovado, sempre que existir interesse do Tribunal e desde que o leiloeiro comprove a sua regular situação profissional.

CAPÍTULO V - DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELO LEILOEIRO

Art. 34. Deferido o pedido, o interessado assinará Termo de Credenciamento e Compromisso de Leiloeiro Oficial, que será entregue à Secretaria da Presidência, no qual assumirá,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

perante a Justiça do Trabalho da 11ª Região, as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais estabelecidas no Código de Processo Civil e legislação pertinente:

I – remoção, por determinação judicial, dos bens penhorados, arrestados ou sequestrados, em poder do executado ou terceiros, assim como os atualmente existentes no depósito judicial, para depósito sob sua responsabilidade, bem assim a guarda e conservação dos referidos bens;

II - divulgação dos leilões de forma ampla por meio de mala direta, publicações em jornais e internet, devendo, no respectivo edital, constar o número do processo, o nome das partes, o nome do leiloeiro e o anúncio de sua comissão;

III - exposição dos bens sob sua guarda, no período compreendido entre a publicação do edital e a realização do leilão, mantendo atendimento ao público no local destinado aos bens removidos, no horário ininterrupto das 8h às 17h;

IV - celebração de contrato de seguro contra eventuais danos ou subtrações dos bens a serem depositados;

V - avaliação extrajudicial dos bens, atendidas as normas de mercado, devendo, ainda, coadjuvar o oficial de justiça na avaliação de bens, quando ordenado pelo juiz;

VI - prestação de contas, no prazo legal.

Parágrafo único. Todos os encargos decorrentes da sua atuação serão realizados pelo credenciado, sem ônus para a Justiça do Trabalho da 11ª Região.

CAPÍTULO VI - DA NOMEAÇÃO DO LEILOEIRO

Art. 35. A nomeação do Leiloeiro Oficial dar-se-á por homologação da Presidência do Tribunal, após o resultado do cumprimento dos critérios para credenciamento, conforme apresentado pelos juízes que atuam no NAE-CJ.

§ 1º Os(as) leiloeiros(as) selecionados(as) serão formalmente comunicados (as) do seu credenciamento, podendo ser requisitados(as) para evento específico, quando o Tribunal julgar necessário. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 2º A qualquer tempo, poderá ser requerida ao(à) credenciado(a), pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, a atualização dos dados constantes do seu cadastro como leiloeiro(a) oficial. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Art. 36. REVOGADO pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região.

Art. 37. O pedido de credenciamento do leiloeiro deverá observar o modelo constante do anexo contido nesta Resolução.

Art. 38. A Presidência do Tribunal, em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do término do prazo do credenciamento do leiloeiro, procederá ao julgamento da qualificação técnica do interessado.

Art. 39. Publicado o resultado, o prazo para impugnação é de 10 (dez) dias úteis. *(Alterado pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

Art. 40. A partir do envio do processo para a Hasta Pública Unificada, os Juízes que atuam no Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária – NAE-CJ passam a ter competência para atuar nos processos de execução, neles diligenciando, inclusive naqueles em que os bens apresados se encontrem no depósito, inclusive para determinar diligências necessárias ao prosseguimento das execuções e visando a satisfação da dívida, registrando em ata as diligências realizadas ou informações prestadas pelas partes ou seus advogados ou as obtidas pelo Núcleo de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial.

Art. 41. A elaboração da lista com a ordem de atuação dos(as) leiloeiros(as) credenciados(as) para atuação em cada sessão de leilões judiciais dar-se-á por sorteio entre os disponíveis no cadastro, em audiência pública, que deverá ser designada pelo Juiz(a) Coordenador(a) da Seção de Hastas Públicas, dentro do primeiro trimestre de cada ano. *(Alterado pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Parágrafo único. A relação dos leiloeiros cadastrados, bem como a relação dos processos, para os quais os leiloeiros foram designados será divulgada mensalmente no sítio do Tribunal na internet, a fim de assegurar transparência ao processo de nomeação de leiloeiros. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Art. 42. O sorteio será realizado de forma eletrônica, com ferramenta a ser desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia do Tribunal e supervisionado pelo (a) Juiz (a) Coordenador (a) da Seção de Hastas Públicas. *(Alterado pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 1º Cada leiloeiro (a) sorteado (a) atuará, alternativamente, de acordo com a ordem estabelecida no sorteio, em uma sessão de leilões judiciais, que funcionará em 2(dois) dias distintos, sendo 1 (um) dia para leilão de bens imóveis e outro dia para leilão de bens móveis, no mesmo mês, conforme calendário fixado pelo (a) Juiz (a) Coordenador (a) da Seção de Hastas Públicas. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 2º Os (as) leiloeiros (as) credenciados (as) poderão ser designados (as) /nomeados (as) pelo juiz designado para coordenar a hasta pública unificada ou indicados pelo Exequente, desde que apresentada justificativa com vistas a afastar ofensa ao princípio da celeridade processual e da efetividade do processo, valendo a ordem de sorteio apenas na ausência da indicação, conforme prevê o art. 883 do CPC, sendo a escolha da parte para funcionar apenas no processo em que litiga como exequente. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 3º É vedado aos (às) Magistrados nomear ou designar Leiloeiro com o qual possua grau de parentesco, até o terceiro grau, inclusive. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 4º Após funcionar numa sessão, o (a) leiloeiro (a) somente voltará a disputar o sorteio, a que alude o § 1º do presente artigo, depois que todos os (as) credenciados (as), tiverem atuado. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 5º Os leiloeiros credenciados e indicados pelo exequente e designado pelo juiz da execução, poderão remover bens e atuar como depositários (as) judiciais, caso necessário. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 6º A remoção de bens por leiloeiro(a) depende da expedição do mandado respectivo, que discriminará os bens a serem removidos, e será sempre acompanhada por oficial(a) de justiça do Tribunal. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

§ 7º Descredenciado(a) o(a) leiloeiro(a) responsável, a assunção do depósito dos bens que estavam sob sua guarda ficará a critério do(a) Juiz(a) Coordenador(a) da Seção de Hastas Públicas. *(Acréscido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Art. 43. É vedada aos(às) leiloeiros(as) cadastrados(as) e seus(suas) prepostos(as) a participação na qualidade de arrematantes dos leilões unificados realizados por este Tribunal. *(Alterado pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Art. 44. Fica alterada a Resolução Administrativa nº 043/2016, passando a vigorar com a presente redação.

Art. 45. Os casos omissos serão decididos pela Presidência do Tribunal e pela Coordenação do Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária – NAECJ, no tocante às respectivas atribuições.

Art. 46. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 1º de Junho de 2022

Assinado Eletronicamente
ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES
Desembargadora do Trabalho
Presidente do TRT da 11ª Região

ANEXO
MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Nome do(a)Leiloeiro(a):	
RG: Órgão Expedidor:	
CPF:	
Matrícula na Junta Comercial do Amazonas:	
Data da Inscrição:	
Matrícula na Junta Comercial de Roraima:	
Data Inscrição:	
Endereço:Nº:	
Complemento:	
Cidade:	Estado:
Telefone:()	Celular: ()



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Secretaria do Tribunal Pleno
Resolução Administrativa nº 136/2022

E-mail:

Vem manifestar seu interesse no CREDENCIAMENTO perante esse órgão, para a prestação dos serviços de Leiloeiro(a) Oficial – depósito, guarda, conservação, administração de bens apreendidos e realização de leilão, de acordo com os critérios e condições estabelecidas na Resolução Administrativa nº do TRT da 11ª Região e legislação vigente.

DECLARA que:

a) Satisfaz as exigências para Credenciamento e para realização do leilão previstas na Resolução Administrativa nº do TRT da 11ª Região e seus anexos;

I - Como depositário administrador:

a) a remoção dos bens penhorados, arrestados ou sequestrados em poder do executado, réu ou de terceiros, bem como os constantes no depósito judicial desta Justiça Especializada, para depósito sob sua responsabilidade, bem assim a guarda e conservação dos supramencionados bens;

b) a celebração de contrato de seguro contra eventuais danos ou subtrações dos bens a serem depositados;

II- Como leiloeiro:

a. avaliação extrajudicial dos bens, atendidas as normas de mercado;

b. prestação de contas, após cada leilão.

c. Declara, sob as penas da lei, não ser cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de magistrados ou ocupantes de encargos de direção e assessoramento no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª da 11ª Região;

d. Concorde com todas as exigências e condições previstas na referida Resolução Administrativa nº e seus anexos;

e. Não se encontra inidôneo(a) para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

f. Os encargos assumidos neste termo serão realizados sem ônus para a Justiça do Trabalho da 11ª Região

g. São verdadeiras todas as informações prestadas para fins deste Credenciamento.

Anexos ao presente, encontram-se os documentos exigidos na Resolução Administrativa nº 43/2016, alterada pela Resolução Administrativa nº 136/2022.

Nestes termos, pede deferimento.

Manaus, _____, _____ de _____.

Assinatura do(a) Leiloeiro(a) Nome



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº3559/2022

Data da disponibilização: Quinta-feira, 15 de Setembro de 2022.

Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região	
Desembargadora Ormy da Conceição Dias Bentes Presidente	
Desembargadora Solange Maria Santiago Morais Vice-Presidente	Telefone(s) : (92) 3621-7200
Desembargadora Márcia Nunes da Silva Bessa Corregedora Regional	Email(s) : dejt@trt11.jus.br

Tribunal Pleno

Resolução

Resolução

Resolução Administrativa nº 136/2022 (Republicação)

(Resolução Administrativa nº 136/2022, anteriormente publicada nos DEJTs nºs 3490/2022 e 3558/2022, de 9-6-2022 e de 14-9-2022, Cadernos Administrativos do TRT da 11ª Região, fls.10/21 e fls. 1/10, respectivamente, com incorreção).

Altera e republica a Resolução Administrativa nº 043/2016 para adequação dos procedimentos relativos à alienação judicial às regras estabelecidas na Resolução nº 236/2016/CNJ, especialmente ao credenciamento, à indicação e à nomeação dos Leiloeiros Públicos Oficiais, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, e dá outras providências.

O Egrégio Pleno do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, em sessão administrativa hoje realizada, sob a Presidência da Excelentíssima Desembargadora Ormy da Conceição Dias Bentes, com a presença dos Excelentíssimos Desembargadores Solange Maria Santiago Morais, Vice-Presidente; Francisca Rita Alencar Albuquerque, Eleonora de Souza Saunier, Lairto José Veloso, Jorge Alvaro Marques Guedes, Ruth Barbosa Sampaio, Maria de Fátima Neves Lopes, José Dantas de Góes, Márcia Nunes da Silva Bessa, Corregedora-Regional; Joicilene Jerônimo Portela, e da Excelentíssima Procuradora-Chefe da PRT11 Alzira Melo Costa, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 236, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, procedimentos relativos à alienação judicial por meio eletrônico, na forma preconizada pelo art. 882, § 1º, do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015);

CONSIDERANDO a decisão proferida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, nos autos Pedido de Providências CSJT-PP-11351- 23.2015.5.90.0000 (Proad 23711/2021), dotado de efeito vinculante, e a necessidade de adequação do processo de alienação de bens apreendidos e penhorados, dando-lhe maior efetividade e eficiência;

CONSIDERANDO as informações constantes do Processo DP-7504/2021,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os artigos da Resolução Administrativa nº 43/2016, que instituiu a Seção de Hastas Públicas no âmbito do TRT da 11ª Região, passando a vigorar com a seguinte redação: *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Art. 2º A Seção de Hastas Públicas tem jurisdição nos processos de execução do TRT11, tendo como objetivo centralizar e uniformizar os procedimentos relacionados à Hasta Pública e que contará com, no mínimo, quatro servidores do quadro para auxiliá-lo.

Art. 3º Compete ao Juiz Coordenador do NAE-CJ na Seção de Hastas Públicas:

I – assinar os editais das hastas públicas unificadas, elaborados e publicados sob a responsabilidade da Seção de Hastas Públicas;

II – manter a ordem no decorrer da hasta pública e analisar, de imediato, os lanços ofertados e decidir no leilão sobre o lance mínimo admitido para alienação de cada um dos bens levados à hasta;

- III – fiscalizar a atividade do leiloeiro e assinar, inclusive digitalmente, os autos da arrematação;
- IV – promover, mediante decisão fundamentada, a alienação antecipada de bens penhorados e removidos para o depósito, considerando seu custo econômico e o risco de depreciação, deterioração ou perda;
- V – declarar abandonados os bens removidos para o depósito, quando:
 - a) não forem retirados pelo interessado dentro de 30 (trinta) dias, contados da entrega do auto de arrematação ou recebimento de intimação para sua retirada;
 - b) resultando negativos os 3 (três) leilões designados, não forem objeto de venda direta ou não forem retirados pelo executado, no prazo de 10 dias após intimação;
 - c) não forem retirados no prazo de 180 dias da sua disponibilização ao Juízo da Falência.
- VI – decidir a respeito da punição a ser aplicada às pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em hastas públicas, fixando penalidades, bem como o prazo de seu impedimento de participar de leilões futuros do TRT11;
- VII - suspender a inclusão de processos em hasta pública, devolvendo os respectivos mandados ou processos à Vara de origem, quando versarem sobre penhora de veículo feita pelo sistema *online* de restrição judicial de veículos – RENAJUD e o bem não seja localizado ou apreendido, e removido ao depósito.

Art. 4º Compete à Seção de Hastas Públicas - SHP:

- I - apreciar e decidir, preferencialmente, os incidentes processuais diretamente relacionados à expropriação de bens, desde a publicação do respectivo edital de leilão até a entrega do bem ao arrematante, inclusive os efeitos da arrematação no caso de hipoteca e alienação fiduciária e os cancelamentos de arrematação;
 - II – elaborar, em dezembro de cada ano, o calendário do ano seguinte para a realização das hastas públicas unificadas em toda a Região, indicando as localidades abrangidas dando ciência à Presidência do TRT11 para publicação;
 - III – coordenar e supervisionar os serviços administrativos necessários à realização das hastas públicas unificadas, inclusive a elaboração e conferência dos editais e respectivas publicações no Diário Oficial Eletrônico do CSJT;
 - IV - realizar, mensalmente, segundo calendário previamente publicado, todas as hastas públicas unificadas;
 - V – praticar os atos processuais definidos em lei ou nesta Resolução e essenciais à realização da hasta pública unificada nos processos desde o momento em que os mandados para venda de bens em leilão são remetidos ao SHP pelas respectivas Varas do Trabalho;
 - VI – solicitar os processos de execução às Varas do Trabalho, por e-mail ou contato telefônico devidamente certificado nos autos pela Unidade Judiciária, sempre que houver determinação dos Juizes do NAE-CJ.
 - VII – proceder à inclusão dos processos em 3 (três) leilões consecutivos, realizando as notificações e intimações necessárias conferindo a regularidade formal dos atos atinentes à penhora.
 - VIII - entregar aos arrematantes, em caso de hasta pública positiva e no próprio dia de sua realização, auto de leilão positivo, salvo quando resultante de lançamento eletrônico;
 - IX - juntar aos processos cópia do auto de hasta pública negativo, quando da não ocorrência da arrematação ou adjudicação;
 - X – certificar o decurso de prazo para oposição de embargos à arrematação ou adjudicação;
 - XI – incluir, automaticamente, os bens penhorados no leilão unificado subsequente, em caso de hasta pública unificada negativa;
 - XII – devolver os mandados às Varas de origem, acompanhados da respectiva certidão, quando houver ocorrido a realização de 3 (três) hastas públicas com resultado negativo;
 - XIII - aguardar o comparecimento do arrematante para recebimento do auto de arrematação pelo prazo de 15 (quinze) dias a fluir do transcurso do prazo do inciso XI deste artigo, cujo decurso deverá ser certificado nos autos, devolvendo o processo para a Vara de origem, devendo o disposto neste inciso constar no auto de leilão positivo.
- Parágrafo único. Quando de sua inércia em transferir a titularidade do bem no cartório ou órgão competente por prazo superior a 60 (sessenta dias), sobrevier nova penhora sobre o bem, deverá o arrematante promover os embargos de terceiro no Juízo próprio para desconstituição da penhora, não competindo ao NAE-CJ sua análise ou expedição de ofícios solicitando liberação da nova penhora a outros órgãos judiciais.

CAPÍTULO I – DA HASTA PÚBLICA UNIFICADA

- Art. 5º Avaliados os bens penhorados, seguir-se-á a hasta pública unificada, mediante inclusão dos processos em 3 (três) leilões consecutivos, por todas as Varas do Trabalho.
 - § 1º A hasta pública unificada será objeto de edital afixado na sede do Juízo e publicado, integralmente, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial Eletrônico da Justiça do Trabalho, sob a responsabilidade do NAE-CJ;
 - § 2º Do edital constarão, obrigatoriamente, sem prejuízo do disposto na legislação processual, os seguintes elementos:
 - I – a identificação do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – TRT11, o número do processo, os nomes das partes e respectivos bens;
 - II – a descrição pormenorizada dos bens penhorados, seu valor, data da avaliação e última atualização e, tratando-se de bem imóvel, a situação jurídica, divisas, número da matrícula e registros;
 - III – o dia, hora e local de realização da hasta pública;
 - IV – a informação sobre terem sido removidos para o depósito, quando for o caso, em se tratando de bens móveis ou semoventes;
 - V - a indicação da existência de ônus reais ou ações que recaiam sobre os bens, e, se houve determinação judicial de alienação antecipada;
 - VI – sumário do último balanço social quando a penhora incidir sobre quotas ou ações de sociedade simples ou empresária;
 - VII – a informação quanto à incidência de comissões para o leiloeiro, nos termos definidos nesta Resolução;
 - VIII – a indicação do lance mínimo, com observação da possibilidade de sua alteração pelo Juiz que presidir o leilão, o que será noticiado durante o pregão;
 - IX – a informação de que o arrematante arcará com as despesas para averbação das benfeitorias não registradas e todas as demais especificadas no edital de leilão;
 - X - a informação do prazo durante o qual o auto de arrematação ou carta de arrematação estará disponível para entrega ao arrematante na Seção de Hastas Públicas, após o que o processo será devolvido para a Vara do Trabalho.
 - § 3º Os bens serão reavaliados quando a última avaliação tiver ocorrido há mais de 36 (trinta e seis) meses da determinação da venda judicial, ressalvadas situações excepcionais que justifiquem reavaliação em período inferior, a critério do Juiz competente.

Art. 6º As partes serão intimadas da hasta pública unificada por intermédio de seus advogados e, somente não havendo advogado constituído nos autos a intimação será procedida por via postal, edital, carta precatória ou outro meio, inclusive eletrônico, desde que atinja sua finalidade.

Art. 7º Sendo a hasta pública de bem imóvel ou de direito real sobre imóvel, deverão ser intimados com antecedência mínima de 10 (dez) dias da realização do leilão, além do cônjuge, caso não tenha sido cientificado da penhora, o credor com garantia real, o credor fiduciário, assim como o coproprietário de imóvel indivisível, o senhorio direto, o superficiário, o usufrutuário, o usuário, o promitente vendedor e o promitente comprador que não sejam partes na execução, o arrendatário e o locatário.

Parágrafo único. Havendo penhora trabalhista com direito preferencial sobre o mesmo bem, será comunicada ao Juízo do processo respectivo a data do leilão, para que dê ciência ao credor trabalhista.

Art. 8º Não serão levadas à hasta pública quotas ou ações de sócios em sociedades simples ou empresárias, sem que, por ocasião da penhora, tenha sido intimada a sociedade para dar ciência aos sócios, preservando-se, assim, seu direito de preferência para aquisição das quotas ou ações e os últimos balanços sejam trazidos aos autos, devendo constar no edital de leilão o sumário dessas informações.

Art. 9º As Varas do Trabalho deverão, antes de determinar a inclusão de bens imóveis na hasta pública, realizar o saneamento das irregularidades atinentes à penhora, procedendo às seguintes análises e providências:

I – verificar se o auto ou termo de penhora traz indicação do dia, mês, ano e lugar do cumprimento, os nomes do credor e do devedor;

II – observar se o auto ou termo de penhora contém identificação da titularidade do imóvel, dos ônus reais, penhoras averbadas, do senhorio direto, cônjuge(s), credor com garantia real, coproprietário, locatário, arrendatário, usufrutuário, usuário, superficiário, promitente comprador ou vendedor, com base em matrícula expedida nos últimos 12 (doze) meses;

III – conferir se o executado foi cientificado da penhora no momento da sua realização ou se, não localizado por ocasião da penhora foi regularmente cientificado por advogado constituído nos autos;

IV – se os terceiros interessados identificados no inciso II deste artigo tiveram ciência da penhora;

V – se houve notificação da União, Estados e Municípios, no caso de bem imóvel tombado;

VI - comprovar a desafetação do bem que esteja à disposição de juízo falimentar, cujo registro da penhora da Justiça do Trabalho seja anterior à data da quebra;

VII – verificar se houve nomeação de fiel depositário do bem, observando-se quando aos bens imóveis a concessão desse *múnus* ao executado ou aos sócios da pessoa jurídica, mediante simples intimação ao advogado, salvo quando o exequente manifeste interesse em assumir o *múnus*;

VIII - se houve averbação de penhora incidente sobre bem imóvel, conferindo o número da matrícula e da inscrição imobiliária constantes no registro de averbação que deve coincidir com o indicado no auto ou termo de penhora;

IX - quando a penhora for realizada por termo nos autos, em razão de dados constantes em certidão atualizada do registro de imóveis, observar que o termo deverá ser complementado por auto de vistoria e avaliação do bem, expedindo-se mandado para que o oficial de justiça proceda à constatação do imóvel *in loco*, devendo ser observadas as características e benfeitorias não averbadas que possam interferir na aferição do valor de mercado do bem;

X - Quando o imóvel estiver situado em condomínio edilício, notificar o condomínio, na pessoa do síndico ou administrador, por carta registrada, para que informe acerca da existência de eventuais dívidas de natureza condominial referentes à unidade penhorada, apresentando planilha com o débito atualizado e balancetes ratificados em assembleia geral de condôminos, no prazo de 10 (dez) dias, especificando que a ausência de resposta ensejará descon sideração da dívida, com a transferência do bem livre e desembaraçado de quaisquer ônus ao eventual arrematante, imputando-se ao síndico a responsabilidade por prejuízos que venham a ser causados por sua inércia;

XI - certificar o decurso do prazo para oposição de embargos à execução ou à penhora, bem como o trânsito em julgado de eventuais embargos de terceiro;

XII - atualizar o cadastro do bem, registrando as informações apresentadas pelo condomínio ou o decurso do prazo sem manifestação, assim como a existência de construção não averbada, sua descrição e avaliação, cuja obrigatoriedade de averbação é do adquirente.

Parágrafo único. O oficial de justiça deverá fotografar o bem penhorado, tanto interna quanto externamente, juntando as fotos aos autos com o respectivo auto de penhora.

Art. 10. Compete, ainda, às Varas do Trabalho:

I - arrolar os bens que serão levados à alienação, após consulta à planilha de bens já arrematados em leilão;

II - informar nome e endereço de terceiros que devem ser obrigatoriamente intimados;

III - manter atualizado o cadastro, no sistema informatizado, dos nomes e endereços das partes;

IV - informar à Seção de Hastas Públicas todas as adjudicações de veículos de via terrestre, bens imóveis, navios e aeronaves;

V - expedir certidão circunstanciada contendo os seguintes dados: Ids do auto de penhora e do auto de depósito; da cópia do auto de entrada em caso de bem removido; da cópia do despacho de encaminhamento do bem à hasta; CRI completa, com o registro da penhora, caso a penhora incida sobre bem imóvel; cópia de ofício ou de impressos que contenham informações sobre débitos fiscais e condominiais, caso a penhora incida sobre bens imóveis; extrato do DETRAN caso a penhora incida sobre veículo; cópia da consulta ao RENAJUD com dados sobre débitos de IPVA e alienação fiduciária caso a penhora incida sobre veículo; (*redação alterada em virtude de erro material*)

VI - praticar todos os demais atos que se fizerem necessários.

Art. 11. Todos os incidentes anteriores ao envio do processo para o SHP após a entrega do bem ao arrematante, serão apreciados e decididos pelo juízo de origem do processo.

Art. 12. Reputam-se válidas as notificações e intimações dirigidas ao endereço informado nos autos, cumprindo às partes atualizar os seus respectivos endereços, sempre que houver modificação temporária ou definitiva.

Art. 13. As regras gerais dispostas neste capítulo deverão ser observadas, no que couber, pelas Varas do Trabalho e pela Seção de Hastas Públicas.

CAPÍTULO II – DO PROCEDIMENTO DA HASTA PÚBLICA UNIFICADA

Art. 14. As hastas públicas serão realizadas, preferencialmente, na modalidade eletrônica (online). (Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região).

§ 1º Na modalidade eletrônica será realizada com captação de lances através do sítio eletrônico do (a) leiloeiro (a) oficial credenciado (a), divulgado em edital publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT). (Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)

§ 2º Para participar do leilão eletrônico, o (a) interessado, pessoa física ou jurídica, deverá se cadastrar no sítio informado pelo (a) leiloeiro (a) oficial incumbido (a) de realizar a alienação judicial do bem, com a antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas ao leilão, sob pena de não ser efetivada a validação do cadastro efetuado, preenchendo os dados solicitados, pelo que responde civil e criminalmente, com a observância das condições contidas no edital respectivo. (Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região).

§ 3º Desde a publicação do edital até a abertura do leilão presencial, o leilão eletrônico (online) estará aberto para lances, por meio do portal designado para esse fim.

§ 4º No interregno entre a data de um leilão presencial e outro, realizado na mesma localidade, o leilão eletrônico permanecerá aberto para os bens não alienados, cabendo aos Juízes do Núcleo de Apoio à Execução deferir o lance no próximo leilão presencial.

§ 5º Os lotes alienados em relação aos quais não houve depósito do valor integral do lance, retornarão imediatamente ao leilão eletrônico e presencial por simples despacho de Juiz do Núcleo de Apoio à Execução, com ciência aos advogados das partes.

§ 6º O bem objeto de penhora em vários processos sujeitar-se-á a uma única venda judicial em hasta pública, observada a precedência cronológica, devendo as Varas do Trabalho e a Seção de Hastas Públicas garantir o privilégio gerado pela anterioridade da penhora, assim definida pela data da sua averbação e, não havendo averbação, no caso de bem imóvel, pela data de lavratura do auto ou termo de penhora.

§ 7º O TRT11 e o leiloeiro oficial não serão responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de problemas técnicos, operacionais ou falhas de conexão que venham a ocorrer durante o processo de licitação por meio eletrônico.

§ 8º O disposto nos parágrafos 3º, 4º e 5º deste artigo deverá constar, obrigatoriamente, do edital.

§ 9º A realização do leilão judicial será sempre determinada em conformidade com o calendário fixado pelo (a) Juiz(a) Coordenador(a) da Seção de Hastas Públicas e divulgado no sítio do Tribunal. (Acréscido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).

§ 10. O leilão judicial será filmado e transmitido ao vivo no sítio eletrônico do(a) leiloeiro(a) oficial designado. (Acréscido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região).

§ 11. O (a) Juiz (a) Coordenador (a) da Seção de Hastas Públicas acompanhará a realização do leilão judicial, ainda que de forma telepresencial. (Acréscido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).

§ 12. O (a) licitante deverá encaminhar os seguintes documentos ao (à) leiloeiro (a): (Acréscido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).

I - cópia autenticada ou documento digital de identidade com foto e CPF; (Acréscido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).

II- cópia autenticada ou comprovante de residência digital; (Acréscido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).

III - o arrematante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que não possui nenhum grau de parentesco com o(a) leiloeiro(a), nem tampouco com os(as) magistrados(as) das unidades às quais estejam vinculados os processos do Leilão Judicial Unificado em que tem interesse de ofertar lances, bem como de ter cumprido todas as obrigações decorrentes de leilões judiciais anteriores (Acréscido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região).

Art. 15. Os bens serão anunciados, um a um, indicando-se os valores da avaliação, as condições e o estado em que se encontram, exibindo-se a fotografia, quando retirada pelo Oficial de Justiça ou leiloeiro, conforme descrição constante do lote anunciado no respectivo edital.

§ 1º O lance mínimo corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação de bens imóveis e a 30% (trinta por cento) do quanto avaliados os bens móveis e semoventes, podendo, o Juiz que presidir a hasta pública, reduzi-lo ou aumentá-lo, no momento da realização do ato, devendo o conteúdo desse dispositivo constar no edital.

§ 2º A critério do Juiz que presidir a hasta pública, os lotes poderão ser desmembrados quando retirados da hasta, por qualquer motivo, em um ou mais bens que os compõem, ou quando vislumbrado que essa medida possibilitará maior concorrência, obtenção do valor de mercado ou a própria alienação.

§ 3º Os lançadores deverão efetuar seu cadastro, antecipadamente, em sítio indicado no edital de hasta pública unificada ou, pessoalmente, no local e dia designados para a hasta pública unificada, caso em que deverão comparecer com 1h (uma hora) de antecedência, apresentando documento de identificação e comprovante de endereço. O cadastro será válido para as hastas públicas subsequentes, cabendo aos lançadores, tão somente, a atualização de dados, se for o caso.

§ 4º Os lançadores poderão ser representados por procuradores munidos de poderes específicos outorgados em instrumento público de mandato e, no caso de pessoa jurídica, também mediante entrega de cópia do contrato social e eventuais alterações, documentos que serão juntados aos autos.

§ 5º Estão impedidas de participar da hasta pública as pessoas físicas e jurídicas que deixaram de cumprir suas obrigações em hastas anteriores, inclusive o não pagamento integral do valor do lance; magistrados, servidores e prestadores de serviços do TRT11, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou dependentes; as que não efetuaram o cadastro referido no § 3º deste artigo, além daquelas definidas na lei.

§ 6º O credor poderá adjudicar os bens constritos perante o Juízo de origem antes da realização da hasta pública, pelo valor de avaliação; após a abertura do leilão deverá, para adjudicar, participar na condição de arrematante, apresentando o primeiro lance, tendo direito de preferência pelas mesmas condições do maior lance, respondendo, porém, pelo pagamento da comissão do leiloeiro, no importe de 5% (cinco por cento) do valor do lance.

§ 7º Os bens que não forem objeto de arrematação poderão, a critério do Juiz do Núcleo de Apoio à Execução presente ao ato, ser novamente apreçados na mesma data, ao final da hasta, desde que esta não tenha sido formalmente encerrada, permanecendo no leilão eletrônico até o próximo leilão presencial.

§ 8º Ficam sub-rogados no preço da aquisição em hasta pública os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis e os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens ou às contribuições de melhoria, conforme parágrafo único do artigo 130 do Código Tributário Nacional.

§ 9º O adquirente é responsável pelos tributos cujo fato gerador seja a transmissão do domínio, bem como pelas despesas com averbação de benfeitorias, com desmembramento do bem, taxas condominiais e demais despesas identificadas no edital, alvarás, certidões, escrituras, registros e outras despesas pertinentes, resguardando-se a possibilidade de ação regressiva a ser aforada contra o devedor principal

perante o órgão competente.

§ 10. Não serão de responsabilidade do adquirente, arrematante ou adjudicante, quaisquer ônus relativos aos direitos reais de garantia sobre bem imóvel, desde que tenha havido regular intimação dos credores com garantia real.

§ 11. O arrematante de veículo e bens imóveis deverá providenciar no prazo de sessenta dias a transferência de titularidade do bem, não cabendo ao Juízo do Núcleo de Apoio à Execução a desconstituição de penhora posterior efetivada em razão da sua inércia.

§ 12. Constando do edital que os bens estão removidos e, portanto, disponíveis para a visitação pelos potenciais interessados, a fim de que possam examiná-los e vistoriá-los no depósito, considerando que são objeto de alienação no exato estado de conservação em que efetivamente se encontrem, não será desfeita a arrematação ou adjudicação por arguição de vícios ou defeitos, ainda que as reais condições somente sejam verificadas tardiamente por quem de direito.

Art. 16. O arrematante deverá, obrigatoriamente, portar dinheiro em espécie ou cheque, quando do início da hasta pública unificada e antes de ofertar qualquer lance, não lhe sendo possível se ausentar do local da hasta pública unificada, após a oferta do lance, para a retirada de numerário, talão de cheque ou realização de transação financeira, sob pena de sua conduta ser reputada como tentativa de fraude à arrematação judicial, tipificada no artigo 357 do Código Penal, cabendo, nesta hipótese, ao Juiz que estiver presidindo o ato, adotar as medidas de segurança que entenda cabíveis.

§ 1º O cheque utilizado poderá ser de titularidade de terceiros.

§ 2º No caso de arrematação de vários lotes pelo mesmo arrematante e pretendendo este realizar o pagamento através de cheque, deverá utilizar uma folha para cada lote arrematado.

Art. 17. As hastas públicas unificadas serão encerradas às 17h (dezesete horas), ou a critério do Juízo do Núcleo de Apoio à Execução, enquanto durar a última disputa iniciada antes desse horário.

Art. 18. Os bens serão, inicialmente, apreçados pelo lance mínimo para pagamento à vista, sendo vedado o parcelamento.

Art. 19. O arrematante pagará, no ato da arrematação, a título de sinal e como garantia, no mínimo 20% (vinte por cento) do valor total do lance, além da comissão do leiloeiro, no importe de 5% (cinco por cento) do valor do lance, com acréscimo de 1% (um por cento) se tiver havido remoção do bem para o depósito.

§ 1º O sinal será depositado, por guia, na conta do Juízo da Execução, e a comissão devida ao leiloeiro lhe será paga diretamente, mediante recibo emitido em 3 (três) vias, das quais uma será anexada aos autos do processo de execução.

§ 2º O valor restante do lance deverá ser pago, mediante guia emitida por ocasião da hasta, até 24h (vinte e quatro horas) após sua realização, diretamente na agência bancária autorizada.

§ 3º Aquele que desistir da arrematação, não efetuar o depósito do saldo remanescente, sustar os cheques ou emitir cheques sem fundos perderá o sinal dado em garantia da execução e a comissão paga ao leiloeiro, sendo automaticamente excluído do cadastro de arrematantes pelo prazo de 3 (três) anos, além de poder ser responsabilizado penalmente, conforme o disciplinado no artigo 358 do Código Penal.

§ 4º Perderá o leiloeiro o acréscimo da comissão em 1% (um por cento) quando houver remoção do bem se até a data do leilão não confirmar a efetivação da remoção, expedindo a guia para recolhimento dessa comissão no dia do leilão.

§ 5º A transação entre as partes, após a publicação do edital de hasta pública, sobrestará o correspondente leilão, salvo se não houver comprovação do pagamento das custas processuais e da comissão do leiloeiro, devida desde a referida publicação do edital.

Art. 20. Sendo arrematante o credor e caso o valor do lance seja superior ao do crédito, a ele caberá depositar a diferença, em 3 (três) dias contados da realização da hasta, sob pena de se tornar sem efeito a arrematação.

§ 1º Ao credor, na condição de arrematante, como pressuposto para o recebimento do auto de arrematação, caberá pagar a comissão do leiloeiro, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lance, acrescido de 1% (um por cento) se houve remoção e armazenamento do bem no depósito, somente se o valor da arrematação for inferior ao seu crédito.

§ 2º Se o valor da arrematação for superior ao crédito do credor arrematante, a comissão do leiloeiro fixada nos termos do parágrafo anterior será subtraída do saldo favorável ao executado.

§ 3º Na hipótese do parágrafo 1º deste artigo o credor arrematante somente terá a posse do bem após o pagamento da comissão do leiloeiro, inclusive o percentual devido pela remoção do bem no depósito, cabendo o controle ao leiloeiro, que informará ao Juízo do Núcleo de Apoio à Execução quando houver recusa de pagamento e antes da entrega do bem.

Art. 21. Os autos de hasta pública unificada negativa serão emitidos ao final e subscritos apenas pelo leiloeiro oficial que realizou o ato; os autos de hasta pública positiva, emitidos no ato, serão assinados pelo leiloeiro ou servidor do TRT11 e pelo arrematante, cabendo a este uma via; já os autos de arrematação e adjudicação serão assinados pelo Juiz que presidir o evento, após o arrematante e o leiloeiro e entregues ao arrematante ou adjudicante, depois de decorrido o prazo para a interposição de embargos à arrematação e adjudicação.

Parágrafo único. Deverá constar no auto de leilão positivo a advertência ao arrematante de que o auto de arrematação somente estará disponível na Seção de Hastas Públicas após o transcurso do prazo de 8 (oito) dias e durante o interstício de 15 (quinze) dias, após o que os autos serão devolvidos à Vara do Trabalho de origem, a quem competirá fazer a entrega do referido auto.

Art. 22. Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados.

Art. 23. De posse da Carta de Arrematação, o interessado deverá entrar em contato com o depositário do bem móvel e marcar dia e hora para sua retirada. Tratando-se de bem imóvel ou de veículo, o interessado deverá dirigir-se diretamente ao Cartório de Registro de Imóveis ou ao DETRAN, respectivamente, para proceder à transferência de propriedade no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 24. Em se tratando de bem móvel e havendo moradores no local, o arrematante deverá formular requerimento ao Juízo da execução para emissão do mandado de intimação para desocupação do imóvel.

CAPÍTULO III - DO CREDENCIAMENTO DO LEILOEIRO

Art. 25. Os leiloeiros interessados em promover a hasta pública unificada do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região deverão providenciar seu credenciamento, por intermédio de requerimento dirigido à Presidência do Tribunal, conforme modelo anexo à presente

Resolução, quando da instauração por esse órgão de procedimento de credenciamento de interessados, para posterior encaminhamento do credenciamento à Seção de Hastas Públicas para verificação do preenchimento dos requisitos constantes na presente Resolução. *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§1º O processo de credenciamento de leiloeiros oficiais será realizado anualmente, pelo prazo de 30 dias corridos, iniciando-se todo dia 01 (primeiro) do mês de Outubro de cada ano e encerrando-se no dia 01 (primeiro) do mês de Novembro de cada ano, não havendo distinção de credenciados (as) entre titulares ou reserva. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§2º Cabe ao (à) Juiz(a) Coordenadora(a) da Seção de Hastas Públicas a responsabilidade pela organização, formação e manutenção do credenciamento, bem como pela avaliação dos(as) credenciados(as), inscrição ou desclassificação dos(as) candidatos(as). *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 3º É vedado ao(à) Juiz(a) Coordenador(a) da Seção de Hastas Públicas o credenciamento de leiloeiro(a) com o qual possua qualquer grau de parentesco, até o terceiro grau, inclusive. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 4º O(a) Juiz(a) Coordenador(a) da Seção de Hastas Públicas, em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data do protocolo da documentação, procederá à análise da qualificação técnica do(a) interessado(a), encaminhando Parecer à Presidência do Tribunal. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 5º O prazo constante do parágrafo 4º permanecerá suspenso durante o período concedido pelo(a) Juiz(a) Coordenador(a) dos Leilões Judiciais para a complementação da documentação. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§6º Os(as) interessados(as) devem apresentar a documentação exigida nesta norma, sob pena de indeferimento. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*.

Art.26. Para credenciamento, o (a) interessado (a) deve entregar à Seção de Hastas Públicas o requerimento de inscrição, conforme modelo do Anexo 1, e os documentos elencados abaixo: *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

I - exercício efetivo da atividade de leiloeiro oficial por mais de 5 (cinco) anos, mediante declaração, com firma reconhecida, expedida por entidades públicas ou privadas;

II - apresentação de currículo da sua atuação como leiloeiro;

III - certidão de registro na Junta Comercial do Estado do Amazonas, que comprove a atividade de leiloeiro (a) por mais de 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 30(trinta) dias e certidão de registro na Junta Comercial do Estado de Roraima, que comprove a atividade de leiloeiro (a) por mais de 5 (cinco) anos, expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias; *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

IV - comprovação de inscrição na Previdência Social e Receita Federal, acompanhada de certidão negativa de débitos e/ou pendências, como contribuinte e empregador;

V - apresentação de cópias reprográficas autenticadas de documento oficial de identificação e de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda;

VI - declaração, sob as penas da lei, de não ser cônjuge ou companheiro (a), parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de magistrados (as) ou ocupantes de cargos de direção e assessoramento no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região; *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

VII - comprovação de que dispõe de propriedade, ou contrato de locação de imóvel nos Estados do Amazonas e de Roraima, destinados à guarda e à conservação dos bens removidos, com vigência de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, com informações sobre a área e endereço atualizado (logradouro, número, bairro, município e código de endereçamento postal), no qual deverá ser mantido atendimento ao público, comprometendo-se a disponibilizar área suficiente para atender ao movimento judiciário das Varas do Trabalho da 11ª Região; *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

VIII - declaração de que possui sistema informatizado para controle dos bens removidos, com fotos e especificações, para disponibilização de consulta *online* pelo TRT11;

IX - declaração, sob as penas da lei, de que possui infraestrutura para a realização de leilões judiciais eletrônicos, bem como de que adota medidas reconhecidas pelas melhores práticas do mercado de tecnologia da informação para garantir a privacidade, a confidencialidade, a disponibilidade e segurança das informações de seus sistemas informatizados, submetida à homologação pelo Tribunal; *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

X - declaração de que possui condições para ampla divulgação da alienação judicial, com a utilização de todos os meios possíveis de comunicação, tais como publicações em jornais de grande circulação, rede mundial de computadores, mala direta, entre outros;

XI - entrega anual de comprovante de residência atualizado e de certidões negativas emitidas pelos Cartórios de Distribuição Trabalhistas, Cíveis e Criminais do domicílio do leiloeiro;

XII - prova anual de regularidade quanto a dívidas relativas à Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

XIII - prova anual de regularidade dos depósitos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

XIV - prova anual de regularidade quanto à Dívida Ativa da União;

XV - declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

XVI - apresentação anual de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

XVII - Não serão aceitos protocolos de certidões e/ou documentos, sendo toda a documentação de inteira responsabilidade do interessado; *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

XVIII - Em caso de apresentação incompleta de documentos, o (a) Juiz (a) Coordenador (a) da Seção de Hastas Públicas concederá prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis para regularização, sob pena de rejeição do credenciamento; *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

XIX - Documentação excedente não será objeto de apreciação e ficará disponível para retirada pelo(a) leiloeiro(a), após a homologação do credenciamento, pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, ao final do qual, a documentação será destruída. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Art. 27. Incumbe ao leiloeiro:

I - providenciar ampla divulgação da hasta e comunicar ao NAE-CJ, por escrito, até 7 (sete) dias antes do ato, todos os procedimentos e meios utilizados, devendo sempre, quanto aos veículos e bens imóveis, publicar o edital de leilão pela imprensa ou rede mundial de computadores em seções ou sítios reservados à publicidade de negócios;

II - remover, armazenar e zelar pelos bens sob sua guarda, caso em que assumirá, mediante compromisso, a condição e os deveres de depositário judicial;

III - comunicar à Seção de Hastas Públicas, para as providências cabíveis, a existência de bem objeto de mais de uma penhora, quando este bem estiver sob sua guarda;

IV - responder, no prazo que lhe for assinalado, a todas as indagações formuladas pelos Juízos das Varas de origem e do

Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária, e na impossibilidade, justificá-la;

V - comparecer ao local da hasta pública que estiver sob sua responsabilidade com antecedência mínima de uma hora;

VI - observar a ordem cronológica dos editais;

VII - permitir a visitação pública dos bens removidos ao depósito, no horário das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira;

VIII - exibir, no ato da hasta pública, as fotos digitais dos bens removidos e, na hipótese dos bens não removidos, sempre que disponibilizadas pelos oficiais de justiça;

IX - promover a filmagem da hasta pública unificada e proceder à entrega da mídia correspondente, no prazo máximo de 7 (sete) dias após a realização do evento, à Seção de Hastas Públicas, com capa individualizada;

X - comunicar, imediatamente, o furto, roubo, extravio, dano, avaria ou deterioração de bem removido, ao NAE-CJ, mesmo após a realização da hasta pública, respondendo pelos prejuízos decorrentes, com perda da remuneração que lhe for devida;

XI - comparecer, pessoalmente, a todas as reuniões e eventos designados pelo Núcleo de Apoio à Execução, quando convocado;

XII - manter os dados cadastrais atualizados;

XIII - atuar com lisura e atentar para o bom e fiel cumprimento de seu mister;

XIV - disponibilizar, para a realização da hasta pública pela modalidade de leilão eletrônico, na rede mundial de computadores, endereço eletrônico que possibilitará o acesso e a comunicação necessários à realização do leilão;

XV - responsabilizar-se pela criação e manutenção, na internet, do endereço eletrônico de que trata o inciso anterior nas hipóteses em que for designado para a realização da hasta pública por meio eletrônico ou misto;

XVI - contratar o provedor que hospedará o endereço eletrônico a ser utilizado nos leilões, bem como arcar com as despesas decorrentes desse serviço e das necessárias à divulgação da hasta pública em meio eletrônico.

§ 1º O não cumprimento de qualquer das obrigações contidas neste artigo implicará no descredenciamento sumário do leiloeiro.

§ 2º Quando na condição de depositário fiel de bem imóvel, o leiloeiro poderá solicitar ao Juízo da Coordenação do NAE-CJ a expedição de mandado de imissão de posse, ficando igualmente responsável pelos bens móveis que se encontrem no interior do imóvel.

Art. 28. O leiloeiro deverá comunicar à Coordenação do NAE-CJ, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a impossibilidade de comparecer à hasta pública unificada.

§ 1º Não sendo possível ao leiloeiro comunicar sua ausência em tempo hábil, o pregão será realizado por servidor designado pela Coordenação do NAE-CJ, hipótese em que a comissão do leiloeiro ficará limitada às despesas com divulgação, comprovadas por documentos à Seção de Hastas Públicas, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias após a realização da hasta pública unificada, sob pena de perda do valor investido;

§ 2º A ausência do leiloeiro oficial deverá ser justificada, documentalmente, no prazo máximo e improrrogável de 5 (cinco) dias após a realização da hasta pública, sob pena de descredenciamento, cabendo ao Juízo do NAE-CJ, por decisão fundamentada, aceitar ou não a justificativa apresentada pelo leiloeiro ausente.

Art. 29. Constituirá remuneração do leiloeiro:

I - comissão de 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, a cargo do arrematante;

II - acréscimo de 1% (um por cento) no valor das comissões antecedentes quando houver remoção, guarda e conservação dos bens.

§ 1º As despesas ordinárias referentes à remoção e conservação dos bens, às publicações em jornais, internet, inserções em rádio, televisão e *outdoor* já se encontram remuneradas pelas comissões acima estipuladas.

§ 2º Em situações excepcionais e justificadas pelas características do bem ou patrimônio penhorado ou pela especificidade do processo, poderão os Juízes do Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária estabelecer remuneração diferenciada para o leiloeiro designado como depositário do bem, sobretudo quando gerar despesas extraordinárias para publicidade dos leilões, remoção, guarda e conservação dos bens.

§ 3º O executado suportará o total das despesas adiantadas pelo exequente e previstas no inciso II deste artigo, inclusive se depois da remoção sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento ou adjudicação.

§ 4º Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, as despesas referidas no inciso II deste artigo poderão ser deduzidas do produto da arrematação;

§ 5º Não é devida a comissão ao leiloeiro na hipótese de ser anulada a arrematação sem culpa do arrematante ou se for negativo o resultado da hasta pública. Se anulada a arrematação, o leiloeiro devolverá ao arrematante o valor nominal recebido a título de comissão, após o recebimento da comunicação à Seção de Hastas Públicas, no prazo de 8 (oito) dias.

Art. 30. O leiloeiro tem direito a reembolso das despesas com guarda e armazenamento dos bens, devida pelo executado, conforme previsto no artigo 789-A da CLT e correspondente a 0,1% (um décimo) do valor de arrematação, devendo exercer o direito de retenção e, somente proceder à entrega dos bens ao executado após o prévio pagamento dessas despesas, sob pena de perda do direito ao reembolso das mesmas.

Parágrafo único. Para os fins previstos no *caput* deste artigo, os mandados de entrega expedidos pela Seção de Hastas Públicas e pelas Varas do Trabalho deverão constar expressamente essa advertência, não estando obrigado o leiloeiro a devolver os bens sem prévio pagamento das despesas pelo executado.

Art. 31. Estão impedidos de se cadastrar como leiloeiro, na forma desta Resolução, funcionários do tribunal ou membros de sua administração.

Art. 32. Deverá ser observado pela Seção de Hastas Públicas ou pelas Varas do Trabalho que, qualquer valor que remanesça da venda do bem após ter sido quitada a execução e pagas as despesas com a hasta pública unificada, será direcionado a solver outros processos que tramitem nesta Justiça contra o mesmo executado, ou ao adimplemento de tributos devidos por este, depois do que poderá ser restituído eventual saldo credor.

CAPÍTULO IV - DA DURAÇÃO DO CREDENCIAMENTO E DOS CASOS DE SUSPENSÃO E CANCELAMENTO

Art. 33. O credenciamento terá duração de 03 (três) anos e será suspenso quando não cumpridas as disposições contidas nesta norma e na legislação que regula a atividade de leiloeiro ou cancelado quando não houver mais interesse da administração, por razões de

utilidade, conveniência ou oportunidade.

§ 1º O credenciamento poderá ser cancelado, igualmente, quando o leiloeiro:

I - manifestar que não mais possui interesse de continuar credenciado;

II - apresentar desempenho que não satisfaça a contento os interesses do Tribunal;

III - recusar, sem justificativa, as nomeações;

IV - praticar atos comissivos ou omissivos que lesem as partes, sem o devido ressarcimento, na remoção, na guarda, na conservação, no leilão dos bens e nas demais atividades correlacionadas;

§ 2º O prazo estabelecido no *caput* deste artigo poderá ser renovado, sempre que existir interesse do Tribunal e desde que o leiloeiro comprove a sua regular situação profissional.

CAPÍTULO V - DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELO LEILOEIRO

Art. 34. Deferido o pedido, o interessado assinará Termo de Credenciamento e Compromisso de Leiloeiro Oficial, que será entregue à Secretaria da Presidência, no qual assumirá, perante a Justiça do Trabalho da 11ª Região, as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais estabelecidas no Código de Processo Civil e legislação pertinente:

I - remoção, por determinação judicial, dos bens penhorados, arrestados ou sequestrados, em poder do executado ou terceiros, assim como os atualmente existentes no depósito judicial, para depósito sob sua responsabilidade, bem assim a guarda e conservação dos referidos bens;

II - divulgação dos leilões de forma ampla por meio de mala direta, publicações em jornais e internet, devendo, no respectivo edital, constar o número do processo, o nome das partes, o nome do leiloeiro e o anúncio de sua comissão;

III - exposição dos bens sob sua guarda, no período compreendido entre a publicação do edital e a realização do leilão, mantendo atendimento ao público no local destinado aos bens removidos, no horário ininterrupto das 8h às 17h;

IV - celebração de contrato de seguro contra eventuais danos ou subtrações dos bens a serem depositados;

V - avaliação extrajudicial dos bens, atendidas as normas de mercado, devendo, ainda, coadjuvar o oficial de justiça na avaliação de bens, quando ordenado pelo juiz;

VI - prestação de contas, no prazo legal.

Parágrafo único. Todos os encargos decorrentes da sua atuação serão realizados pelo credenciado, sem ônus para a Justiça do Trabalho da 11ª Região.

CAPÍTULO VI - DA NOMEAÇÃO DO LEILOEIRO

Art. 35. A nomeação do Leiloeiro Oficial dar-se-á por homologação da Presidência do Tribunal, após o resultado do cumprimento dos critérios para credenciamento, conforme apresentado pelos juizes que atuam no NAE-CJ.

§ 1º Os(as) leiloeiros(as) selecionados(as) serão formalmente comunicados (as) do seu credenciamento, podendo ser requisitados(as) para evento específico, quando o Tribunal julgar necessário. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 2º A qualquer tempo, poderá ser requerida ao(à) credenciado(a), pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, a atualização dos dados constantes do seu cadastro como leiloeiro(a) oficial. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Art. 36. REVOGADO pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região.

Art. 37. O pedido de credenciamento do leiloeiro deverá observar o modelo constante do anexo contido nesta Resolução.

Art. 38. A Presidência do Tribunal, em até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir do término do prazo do credenciamento do leiloeiro, procederá ao julgamento da qualificação técnica do interessado.

Art. 39. Publicado o resultado, o prazo para impugnação é de 10 (dez) dias úteis. *(Alterado pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. A partir do envio do processo para a Hasta Pública Unificada, os Juizes que atuam no Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária – NAE-CJ passam a ter competência para atuar nos processos de execução, neles diligenciando, inclusive naqueles em que os bens apreendidos se encontrem no depósito, inclusive para determinar diligências necessárias ao prosseguimento das execuções e visando a satisfação da dívida, registrando em ata as diligências realizadas ou informações prestadas pelas partes ou seus advogados ou as obtidas pelo Núcleo de Apoio à Execução e Pesquisa Patrimonial.

Art. 41. A elaboração da lista com a ordem de atuação dos(as) leiloeiros(as) credenciados(as) para atuação em cada sessão de leilões judiciais dar-se-á por sorteio entre os disponíveis no cadastro, em audiência pública, que deverá ser designada pelo Juiz(a) Coordenador(a) da Seção de Hastas Públicas, dentro do primeiro trimestre de cada ano. *(Alterado pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Parágrafo único. A relação dos leiloeiros cadastrados, bem como a relação dos processos, para os quais os leiloeiros foram designados será divulgada mensalmente no sítio do Tribunal na internet, a fim de assegurar transparência ao processo de nomeação de leiloeiros. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

Art. 42. O sorteio será realizado de forma eletrônica, com ferramenta a ser desenvolvida pela Secretaria de Tecnologia do Tribunal e supervisionado pelo (a) Juiz (a) Coordenador (a) da Seção de Hastas Públicas. *(Alterado pela Resolução Administrativa nº136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 1º Cada leiloeiro (a) sorteado (a) atuará, alternativamente, de acordo com a ordem estabelecida no sorteio, em uma sessão de leilões judiciais, que funcionará em 2(dois) dias distintos, sendo 1 (um) dia para leilão de bens imóveis e outro dia para leilão de bens móveis, no mesmo mês, conforme calendário fixado pelo (a) Juiz (a) Coordenador (a) da Seção de Hastas Públicas. *(Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)*

§ 2º Os (as) leiloeiros (as) credenciados (as) poderão ser designados (as) /nomeados (as) pelo juiz designado para coordenar a hasta pública unificada ou indicados pelo Exequente, desde que apresentada justificativa com vistas a afastar ofensa ao princípio da

celeridade processual e da efetividade do processo, valendo a ordem de sorteio apenas na ausência da indicação, conforme prevê o art. 883 do CPC, sendo a escolha da parte para funcionar apenas no processo em que litiga como exequente. (Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)

§ 3º É vedado aos (às) Magistrados nomear ou designar Leiloeiro com o qual possua grau de parentesco, até o terceiro grau, inclusive. (Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)

§ 4º Após funcionar numa sessão, o (a) leiloeiro (a) somente voltará a disputar o sorteio, a que alude o § 1º do presente artigo, depois que todos os (as) credenciados (as), tiverem atuado. (Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)

§ 5º Os leiloeiros credenciados e indicados pelo exequente e designado pelo juiz da execução, poderão remover bens e atuar como depositários (as) judiciais, caso necessário. (Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)

§ 6º A remoção de bens por leiloeiro(a) depende da expedição do mandado respectivo, que discriminará os bens a serem removidos, e será sempre acompanhada por oficial(a) de justiça do Tribunal. (Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)

§ 7º Descredenciado(a) o(a) leiloeiro(a) responsável, a assunção do depósito dos bens que estavam sob sua guarda ficará a critério do(a) Juiz(a) Coordenador(a) da Seção de Hastas Públicas. (Acrescido pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)

Art. 43. É vedada aos(às) leiloeiros(as) cadastrados(as) e seus(suas) prepostos(as) a participação na qualidade de arrematantes dos leilões unificados realizados por este Tribunal. (Alterado pela Resolução Administrativa nº 136/2022 do TRT da 11ª Região)

Art. 44. Fica alterada a Resolução Administrativa nº 043/2016, passando a vigorar com a presente redação.

Art. 45. Os casos omissos serão decididos pela Presidência do Tribunal e pela Coordenação do Núcleo de Apoio à Execução e de Cooperação Judiciária – NAECJ, no tocante às respectivas atribuições.

Art. 46. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 1º de Junho de 2022

Assinado Eletronicamente
ORMY DA CONCEIÇÃO DIAS BENTES
Desembargadora do Trabalho
Presidente do TRT da 11ª Região

ANEXO

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Nome do(a)Leiloeiro(a):
RG: Órgão Expedidor:
CPF:
Matrícula na Junta Comercial do Amazonas: Data da Inscrição:
Matrícula na Junta Comercial de Roraima: Data Inscrição:
Endereço:Nº:
Complemento:
Cidade: Estado:
Telefone:() Celular: ()
E-mail:

Vem manifestar seu interesse no CREDENCIAMENTO perante esse órgão, para a prestação dos serviços de Leiloeiro(a) Oficial – depósito, guarda, conservação, administração de bens apreendidos e realização de leilão, de acordo com os critérios e condições estabelecidas na Resolução Administrativa nº do TRT da 11ª Região e legislação vigente.

DECLARA que:

a) Satisfaz as exigências para Credenciamento e para realização do leilão previstas na Resolução Administrativa nº do TRT da 11ª Região e seus anexos;

I - Como depositário administrador:

a) a remoção dos bens penhorados, arrestados ou sequestrados em poder do executado, réu ou de terceiros, bem como os constantes no depósito judicial desta Justiça Especializada, para depósito sob sua responsabilidade, bem assim a guarda e conservação dos supramencionados bens;

b) a celebração de contrato de seguro contra eventuais danos ou subtrações dos bens a serem depositados;

II- Como leiloeiro:

a. avaliação extrajudicial dos bens, atendidas as normas de mercado;

b. prestação de contas, após cada leilão.

c. Declara, sob as penas da lei, não ser cônjuge ou companheiro, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, de magistrados ou ocupantes de encargos de direção e assessoramento no Tribunal Regional do Trabalho da 11ª da 11ª Região;

- d. Concorda com todas as exigências e condições previstas na referida Resolução Administrativa nº e seus anexos;
- e. Não se encontra inidôneo(a) para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- f. Os encargos assumidos neste termo serão realizados sem ônus para a Justiça do Trabalho da 11ª Região
- g. São verdadeiras todas as informações prestadas para fins deste Credenciamento.
- Anexos ao presente, encontram-se os documentos exigidos na Resolução Administrativa nº 43/2016, alterada pela Resolução Administrativa nº 136/2022.

Nestes termos, pede deferimento.

Manaus, _____, _____ de _____.

Assinatura do(a) Leiloeiro(a) Nome

Gabinete da Presidência

Ato

Ato

ATO TRT 11ª REGIÃO Nº 70/2022/SGP

ATO TRT 11ª REGIÃO Nº 70/2022/SGP

Nomeia candidatos aprovados no Concurso C-076, do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região.

Obs: Segue, em anexo, o ATO TRT 11ª REGIÃO Nº 70/2022/SGP, na íntegra.

Anexos

Anexo 1: [Download](#)

Corregedoria

Ata

Ata

Ata de Correição Ordinária Anual - Núcleo de Apoio à Execução

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Corregedoria Regional

PROCESSO: 0000090-85.2022.2.00.0511

CLASSE: CORREIÇÃO ORDINÁRIA (1307)

CORRIGIDO: Núcleo de Apoio à Execução

Ata da Correição Ordinária realizada no
Núcleo de Apoio à Execução
no dia 12 de setembro de 2022, em anexo.

Manaus, AM, 12 de setembro de 2022.

Assinado Eletronicamente

MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA

Desembargadora do Trabalho

Corregedora do TRT da 11ª Região

Anexos

Anexo 2: [Download](#)

Despacho

Despacho

Decisão**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
Corregedoria Regional**

PROCESSO: 0000061-35.2022.2.00.0511 - PJe Cor

CLASSE: PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS (1199)

REQUERENTE: CORREGEDORIA REGIONAL DO TRT DA 11ª REGIÃO

REQUERIDO: Vara do Trabalho de Humaitá/AM

DECISÃO

Trata-se de pedido de providências instaurado para apurar as irregularidades apuradas na Vara do Trabalho de Humaitá, por ocasião da correição anual e registradas na Ata de Correição Ordinária, realizada na data de 09 de novembro de 2021.

Concedido prazo para a unidade judiciária regularizar e manifestar-se acerca das irregularidades apontadas, a unidade judiciária deixou de apresentar manifestação, conforme certidão de id. 1889830.

Foram novamente analisadas as irregularidades apontadas na Ata de Correição, para apurar o cumprimento das determinações, tendo sido constatado o cumprimento da maior parte das determinações, restando ainda pendentes outras, conforme a seguir delimitado.

Quanto à movimentação processual de processos na fase de conhecimento, relacionados nos anexos 01 e 02, constato que receberam impulso oficial e foram devidamente movimentados os processos lá relacionados, com exceção dos seguintes processos n.º 0000067-41.2020.5.11.0451 e 0000318-93.2019.5.11.0451.

Com relação aos processos arquivados com saldo em conta judicial após 14.02.2019, constata-se, a partir da consulta ao Sistema Garimpo, que a unidade judiciária vem cumprindo a determinação de somente proceder ao arquivamento de processos, desde que estes estejam sem saldo, havendo indicações de poucos processos arquivados após a data de 14.02.2019 com saldo residual.

Quanto aos processos com recurso pendente de remessa para a instância superior, constato que esta determinação foi cumprida pela unidade judiciária.

O processo n.º 0000105-29.2015.5.11.0451 foi devidamente encaminhado à instância superior, não havendo irregularidade na sua movimentação, mas continua pendente no sistema e-Gestão.

Quanto aos processos parados no sistema PJe – 1.º Grau por mais de 30 (trinta) dias constantes no relatório SAO, constatou-se que ainda restam 312 processos sem movimentação há mais de 30 (trinta) dias, havendo processos sem movimentação há mais de 180 (cento e oitenta) dias, conforme relatório juntado neste procedimento.

No escaninho, ainda persistem 109 petições pendentes de apreciação, conforme consulta do Sistema PJe – 1º Grau.

Quanto aos processos pendentes de saneamento na unidade judiciária, constato que os processos n.º 0000508-90.2018.5.11.0451, n.º 0000002-46.2020.5.22.0451, n.º 0000032-52.2018.5.11.0451 e n.º 0000127-14.2020.5.11.0451 ainda se encontram pendentes de movimentação processual.

Analiso.

Considerando as observações acima, **determino** que a Vara do Trabalho de Humaitá/AM proceda a regularização da movimentação processual dos seguintes processos: 0000067-41.2020.5.11.0451; 0000318-93.2019.5.11.0451; 0000508-90.2018.5.11.0451; n.º

0000002-46.2020.5.22.0451; n.º 0000032-52.2018.5.11.0451 e n.º 0000127-14.2020.5.11.0451.

Quanto ao processo n.º 0000105-29.2015.5.11.0451, **determino** que a unidade judiciária contate o NAPE para receber orientações de como regularizar a pendência apontada pelo e-Gestão, já que no sistema PJe – 1.º Grau, o processo foi devidamente movimentado.

Por fim, **determino** que a unidade judiciária proceda à análise dos processos relacionados no relatório SAO, referente aos processos parados há mais de 30 (trinta) dias, e das petições pendentes de apreciação no escaninho, tendo em vista a mora da unidade jurisdicional na prática dos atos processuais que lhe são cabíveis, que se revela em desacordo com o sistema processual vigente (ex vi arts. 4.º c/c 139, inciso II, do Código de Processo Civil).

Ressalto que essas determinações deverão ser cumpridas até a próxima correição ordinária anual a ser realizada na Vara do Trabalho de Humaitá, sob pena de apuração de responsabilidade administrativa dos gestores da unidade judiciária.

Não havendo elementos comprobatórios de autoria e materialidade de prática de ilícito administrativo, considerando que a unidade judiciária vem cumprindo as determinações desta Corregedoria Regional, em que pese ainda restar pendências a serem solucionadas, determino o arquivamento do presente pedido de providências.

Publique-se a presente decisão no DEJT, nos termos do art. 208, § 1º do RI do TRT da 11ª Região, e dê-se ciência à unidade judiciária via PJe-Cor.

Após o decurso do prazo recursal, arquivem-se os autos.

Manaus, AM, 2 de setembro de 2022.

Assinado Eletronicamente
MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA
Desembargadora do Trabalho
Corregedora do TRT da 11ª Região

Portaria

Portaria

PORTARIA 320/2022/SCR - Manaus, 15 de setembro de 2022

Designa Juízes do Trabalho Substitutos para assumir os trabalhos na Vara do Trabalho de Parintins de forma remota e exclusiva.

A CORREGEDORA REGIONAL DO E. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, Desembargadora do Trabalho MÁRCIA NUNES DA SILVA BESSA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o teor do email de fls. 1-2, recebido por esta Corregedoria Regional, por meio do qual a Secretaria-Geral da Presidência encaminha o r. despacho presidencial (fl.2), exarado no DP-1055/2017 (eSap), por intermédio do qual a Douta Presidência autorizou a alteração de férias do Juiz do Trabalho Substituto Igo Zany Nunes Correa, anteriormente marcadas para o interregno de 14.09 a 03.10.2022, para o período de 26.09 a 15.10.2022;

CONSIDERANDO que o pedido formulado pelo Magistrado Igo Zany Nunes Correa, por meio do ofício nº 220/2022/VTP (DP-11460/2022), consultando possibilidade de que seja deslocado no período de 21 a 23.09.2022, a fim de que possa participar presencialmente de audiência pública de conciliação marcada com os representantes das partes exequentes e executadas nos processos que envolvem os Bois de Parintins, ainda permanece em análise de disponibilidade de orçamento;

CONSIDERANDO que a Portaria 267/2022/SCR renovou a designação do MM. Juiz do Trabalho Substituto Igo Zany Nunes Correa, para assumir os trabalhos na Vara do Trabalho de Parintins, de forma remota e exclusiva, no período de 01 a 13.09.2022, com a possibilidade de posterior renovação da designação, durante o período de afastamento do supracitado magistrado da jurisdição;

CONSIDERANDO, ainda, que a Portaria 267/2022/SCR designou o MM. Juiz do Trabalho Substituto Vitor Graciano de Souza Maffia, para assumir os trabalhos na Vara do Trabalho de Parintins, de forma remota e exclusiva, no período de 14.09 a 03.10.2022,

CONSIDERANDO, por fim, o que consta do DP-11666/2022 (e-SAP),

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar a designação do MM. Juiz do Trabalho Substituto IGO ZANY NUNES CORREA, Auxiliar da 9ª Vara do Trabalho de Manaus, para assumir os trabalhos na Vara do Trabalho de Parintins, de forma remota e exclusiva, no período de 14 a 25.09.2022, com a possibilidade de posterior renovação da designação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO

CERTIDÃO

CERTIFICO que a Resolução Administrativa nº 136/2022, anteriormente publicada nos DEJTs nºs 3490/2022 e 3558/2022 , de 9-6-2022 e de 14-9-2022, Cadernos Administrativos do TRT da 11ª Região, fls.10/21 e fls. 1/10, respectivamente, com incorreção, foi novamente **REPUBLICADA no DJET nº 3559/2022, do dia 15-9-2022, Caderno Administrativo do TRT11**, tendo em vista que, na última publicação, o DEJT não reconheceu o caracter "tachado" colocado nos artigos que foram alterados, portanto, fez-se necessária adequação na formatação do texto da Resolução e, conseqüentemente, nova publicação da mesma.

Manaus, 16 de setembro de 2022

Assinado Eletronicamente
CRISTINA GOES FIGUEIRAS CONTIERO